



UNICAMP

1 Aos dois dias do mês de outubro do ano dois mil e três, às quatorze horas, nas
2 dependências do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, reuniram-
3 se para realizar a **118ª Reunião Ordinária** da Congregação do Instituto de Artes, sob a
4 presidência do Prof. Dr. **José Roberto Zan** que justifica a ausência dos Professores
5 **Rubens José de Souza Brito** (Chefe do Departamento de Artes Cênicas) e **Paulo Bastos**
6 **Martins** (Representante Titular MS-6 – DMM). Presentes os professores: **João Francisco**
7 **Duarte Junior** (Diretor Associado), **Eusébio Lobo da Silva** (Coordenador dos Cursos de
8 Pós-Graduação), **Claudiney Rodrigues Carrasco** (Coordenador de Graduação), **José**
9 **Armando Valente** (Coordenador de Extensão), **Paulo Mugayar Kühl** (Chefe do
10 Departamento de Artes Plásticas), **Fernando Cury de Tacca** (Chefe do Departamento
11 de Multimeios), **Mauricy Matos Martin** (Chefe do Departamento de Música), **Luiz**
12 **Rodrigues Monteiro Junior** (Representante Titular MS-1 – DAC), **Fernando Augusto A.**
13 **Hashimoto** (Representante Suplente MS-1), **Celso Luiz D’Angelo** (Representante Titular
14 MS-2 – DAP), **Nuno César Pereira de Abreu** (Representante Titular MS-3 – DMM),
15 **Adriana Giarola Kayama** (Representante Titular MS-3 – DM), **Eduardo Anderson Duffles**
16 **Andrade** (Representante Titular MS-5 – DM), **José Augusto Mannis** (Representante
17 Titular MS-5 – DM); Servidores Técnico-Administrativos: **Vivien Helena de Souza Ruiz**,
18 **Celso Augusto Palermo** e **Josias Jacinto do Prado** (Representantes Titulares Técnico-
19 Administrativo), **Edson José Giordani**, **Maria Lúcia Neves** e **Francisco Genézio F.**
20 **Mesquita** (Representantes Suplentes Técnico-Administrativo); Discentes: **Tainá Dias de**
21 **Moraes Barreto**, **Elisangela Carvalho Ilkiu**, **Débora de A. C. Pacheco Borba**
22 (Representantes Titulares Discente), **Sérgio José Venâncio Jr.**, **Gabriel S.S.L. Rezende**,
23 **Flávio Fernando Boni** (Representantes Suplentes Discente). Dando início à reunião, o
24 **Sr. Presidente** solicita autorização para a inclusão de dois itens à pauta. São eles:
25 Homologação do “Ad-Referendum” do Sr. Diretor às Alterações do Catálogo de Pós-
26 Graduação – 2004, Composição da Banca de Especialistas do Prêmio de
27 Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz” e indicação dos candidatos ao Prêmio.
28 **Em análise** a proposta de inclusão na Ordem do Dia dos Assuntos Fora de Pauta. **Em**
29 **discussão. Em votação: APROVADA. Em análise** a Ata da 117ª Reunião Ordinária da
30 Congregação do Instituto de Artes. **Em discussão:** Não há destaques. **Em votação.**
31 **APROVADA** com duas abstenções. **EXPEDIENTE: A) MOÇÃO DA PREVIDÊNCIA**
32 aprovada na Congregação, houve retorno do Deputado João Paulo Cunha –
33 Presidente da Câmara dos Deputados, do Senador José Sarney – Presidente do
34 Senado e do Senador Paulo Paim. Os retornos estão anexados à pauta e todos já
35 tiveram acesso. **B) SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES A RESPEITO DA CONFECÇÃO DO**
36 **RELATÓRIO DE GESTÃO 1999 – 2003.** Houve uma solicitação na Congregação passada
37 de esclarecimentos sobre custos confecção do material referente ao Relatório de
38 Gestão 1999 – 2003. As informações constam da página 20 da pauta: Confecção do
39 Relatório de Gestão da Profa. Helena Jank – valor do serviço: R\$ 5.100,00 (cinco mil e
40 cem reais) referentes a confecção de 350 cadernos – Programa Gerencial de
41 Produtividade – 07.05.00 – Solicitação da Diretoria do IA – Processo 17-P-16891/2003. O
42 Sr. Presidente consulta se há alguma dúvida? **Celso Palermo:** Fui eu que pedi este
43 esclarecimento e, se todos atentarem para a alínea de onde saiu este recurso –
44 07.05.00, na página 22, quando fala de orçamento, está escrito que esta alínea é de
45 Programa de Apoio a Produtividade – Manutenção de Atividades do Instituto. Eu

46 acredito que a publicação deste relatório, agora já está feito e não adianta a gente
47 tentar voltar atrás e recuperar este dinheiro pra realmente usá-lo na manutenção das
48 atividades do Instituto, que eu acredito que seja ensino, pesquisa e extensão. Então,
49 eu gostaria de encaminhar à Congregação a seguinte proposta: que os próximos
50 relatórios sejam publicado na internet, através da página do IA, que é uma
51 publicação de custo baixo por não precisar de impressão e que a gente passe a
52 discutir melhor como se utiliza esta verba disponibilizada nestas alíneas que é de
53 manutenção das atividades, como está descrito aí. Eu acredito que publicar o
54 relatório não é uma atividade de extensão, nem de manutenção das nossas
55 atividades e eu creio que a gente precisa se preocupar mais com estes critérios,
56 como a gente vai utilizar esta verba de acordo com a alínea que está estabelecida.
57 A Congregação tem que se preocupar mais com a questão dos princípios, como está
58 previsto no nosso Regimento e no Regimento Geral da Universidade. Eu, a princípio,
59 como representante dos funcionários, desaprovo este gasto, acho que foi
60 desnecessário. **Sr. Presidente:** há uma proposta formulada pelo Celso e eu gostaria de
61 encaminhar na forma de uma recomendação da Congregação e, deixaríamos já,
62 publicamente, o nosso compromisso de, se chegarmos ao final da gestão, termos
63 nosso relatório publicado desta maneira. Mas eu não me sinto à vontade para
64 encaminhar uma votação desta maneira, de que os futuros diretores poderão,
65 inclusive, estar numa de uma situação eventualmente muito favorável em termos de
66 orçamento da unidade e este tipo de gasto pode não ser tão significativo. Tem
67 acordo? Fica uma recomendação? É importante este tipo de cobrança, mas eu
68 gostaria de encaminhar desta maneira pra não amarrar demais. Prof. **Fernando**
69 **Tacca:** Só como recomendação também, talvez seja importante colocarmos que é
70 interessante que o Instituto tenha uma publicação institucional pra apresentar às
71 pessoas. Neste sentido eu quero encaminhar desta forma, que futuras publicações
72 tenham um caráter mais institucional, ou seja, do Instituto e não só de uma gestão. É
73 só uma recomendação para que tenhamos uma publicação. Prof. **Claudiney**
74 **Carrasco:** Eu acho que a coisa pode ser colocada da seguinte maneira: o diretor, ou
75 os dois diretores, devem apresentar um relatório à esta Congregação, isso é uma
76 responsabilidade de quem fica 4 anos na direção. O Relatório da Gestão deve ser
77 apresentado à Congregação e, neste momento, a Congregação deve discutir de
78 que maneira isso será publicado. Desta maneira, num momento de folga
79 orçamentária pode-se publicar em papel ou se não tiver dinheiro coloca-se na
80 página, mas, na verdade, a apresentação primeira é à esta Congregação e depois é
81 colocado pra comunidade. **Celso Palermo:** Eu acho que a Congregação não pode
82 esquecer que nós estamos lidando com dinheiro público e que deve ter a maior
83 visibilidade possível da aplicação destes recursos, então, quando se presta conta,
84 não só da gestão mas também de recursos, o meio impresso às vezes não é muito
85 eficiente. Talvez o meio eletrônico seja muito mais eficiente pra dar visibilidade de
86 como o Instituto está tratando a coisa pública, o dinheiro público. Então, eu acho que
87 o veículo internet deveria se manter de qualquer maneira, como sugestão, como
88 recomendação, porque a sociedade precisa ter acesso a estas informações. A
89 Unicamp deixa aberto na internet o seu relatório de gestão, o seu orçamento; quem
90 quiser tomar ciência disso está lá na AEPLAN, é só ver. Como recomendação a
91 internet deveria se manter como um veículo importante para divulgar as ações do
92 Instituto. O **Sr. Presidente** consulta de há necessidade de votação sobre o tema. Não
93 havendo fica o encaminhamento consensual em forma de recomendação, que os

94 relatórios de gestão devem ser apresentados à Congregação, e esta deve se
95 posicionar a respeito da forma de divulgação, considerando que o meio eletrônico
96 deve estar, necessariamente, presente. Tal publicação deve ter como horizonte o
97 caráter institucional, ou seja, uma publicação do Instituto e não apenas da Direção.
98 Solicita permissão para alterar a ordem dos assuntos do expediente a fim de dar
99 maior agilidade aos trabalhos. **C) CAMPUS DE LIMEIRA** – Houve uma reunião na sala
100 do CONSU, com o Reitor e os Diretores, onde foi discutido o Planejamento Estratégico.
101 Durante esta reunião o Reitor levantou a possibilidade de a Unicamp expandir, de
102 forma importante, as vagas na graduação, lembrando o caso da USP, que acabou
103 de aprovar a criação de um Campus na Zona Leste de São Paulo e o Governo do
104 Estado já investiu, inicialmente, um bom volume de recursos, quase 60 milhões de reais
105 pra começar o funcionamento dos cursos no Campus da Zona Leste. O Reitor
106 levantou uma possibilidade, com relação à Unicamp, que é a existência de um
107 terreno em Limeira, com cerca de 500 mil metros quadrados, que é mais ou menos
108 um quinto da área deste Campus. Ele, então, lançou a idéia para os diretores para
109 que estes formulem propostas de uma eventual expansão com a criação de um
110 Campus em Limeira pra todas as unidades. Não seria uma expansão do COTIL e
111 CESET, que são cursos que já existem lá, é uma outra área, não é a área que funciona
112 o Campus dos cursos técnicos. É um outro terreno, que não tem nenhuma
113 construção. Foi arrendado durante um longo tempo pra uma fazenda que plantava
114 cana e é alvo do MST, pode a qualquer momento ser ocupado e fica na zona
115 urbana, a 4 ou 5 quarteirões do COTIL e CESET. O Reitor está propondo às unidades
116 que façam um estudo e apresentem propostas, pois, tendo um conjunto de
117 propostas, ele pode encaminhar uma negociação junto ao Governo do Estado pra
118 obter recursos e implantar um Campus em Limeira. Acho que isso é compatível com o
119 nosso interesse de expandir o Ensino Superior Público do Estado de São Paulo. E, em
120 segundo lugar, nós temos cursos de Pós-Graduação em três áreas, agora com
121 Mestrado e Doutorado: Multimeios, Artes e Música. Este pessoal que sai com titulação
122 tem dificuldade de se integrar na carreira docente, principalmente pelo fato de que
123 as universidades privadas não expandem estas áreas ligadas ao campo das artes
124 numa velocidade capaz de incorporar este pessoal. Acho que uma proposta desta
125 viria a contribuir. Então, eu acabei entrando numa comissão que foi criada durante a
126 reunião do CONSU, representando a Área de Humanas, e estou trazendo esta
127 informação aqui e sugerindo a vocês que formem grupos, comecem a discutir, pois
128 eu acho que é possível a gente propor, de repente, um curso pelo menos pra
129 começar num possível Campus de Limeira, talvez um curso de Educação Artística ou
130 algo do tipo. **D) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** – Nós criamos uma expectativa de que
131 faríamos pelo menos duas reuniões até o final de outubro pra elaborar o nosso
132 Planejamento Estratégico, reunindo todo mundo, mobilizando a unidade, mas as
133 datas estão muito próximas e nós teremos que acelerar isso. Então, numa negociação
134 com a comissão do Planejamento Estratégico da Universidade, ficou definido que nós
135 iremos fazer uma reunião no dia 09 –próxima quinta-feira. Vocês já receberam este
136 comunicado, mas não é o Instituto todo, nós não vamos suspender as aulas, nada
137 disso. Será uma reunião menor, com representantes, que será a composição desta
138 grande Comissão do Planejamento Estratégico. Será composta pelos membros da
139 Congregação mais os Coordenadores. Dois membros da Comissão de Planejamento
140 Estratégico da Universidade se comprometem a participar dos trabalhos durante este
141 dia aqui no IA, dando orientação e fazendo uma exposição inicial de sensibilização

142 no começo das atividades. O início está previsto para as 9 horas, na sala 39 do
143 Departamento de Música. Nós precisamos fazer este planejamento. Será uma
144 primeira versão e temos que encaminhar pra que seja incorporado ao Planejamento
145 da Universidade e ao Orçamento do ano que vem. Ainda há a possibilidade de
146 mudança das datas, mas enquanto não muda, a gente vai se antecipar e fazer esta
147 reunião no dia 9. **E) TEATRO-LABORATÓRIO:** Nós propusemos em uma reunião com os
148 membros da Comissão do Teatro-Laboratório, encaminhar ou iniciar um trabalho,
149 para iniciar projeto a ser encaminhado ao Ministério da Cultura, através da Lei
150 Rouanet, pra fazer captação de recursos para construir o bloco do teatro e isso criaria
151 condições para que o CONSU liberasse os recursos de Planejamento Estratégico para
152 que começássemos imediatamente a construção do bloco de salas, que é uma
153 reivindicação dos dois cursos, dos dois departamentos, de Dança e Teatro. A
154 informação que eu recebi diretamente do Reitor, é que a captação só poderia ser
155 feita através de uma fundação. Então, ou o Instituto de Artes criaria uma Fundação
156 só para o teatro, pra poder captar recursos e aí a Reitoria faria uma doação, um
157 comodato da área pra esta Fundação, ou então o teatro seria construído pela
158 Funcamp. A Funcamp pode fazer projetos, pode captar recursos e construir o teatro.
159 A idéia era constituir um Conselho de Curadores que poderia ser composto por
160 professores dos dois departamentos, seria elaborado um Regimento que garantiria o
161 uso do teatro para a finalidade prevista, que é ser Teatro-laboratório dos dois cursos.
162 Aí, numa conversa que fizemos na semana passada na Funcamp, a funcionária que
163 trabalha com isso, que é especializada na elaboração de projetos e também é
164 advogada, conhece a legislação, disse que não é necessária a Fundação, então isso
165 melhora um pouco o quadro. O teatro é do IA e não será necessário este arranjo
166 jurídico de constituir um comodato e criar uma Fundação. A captação de recursos é
167 que não pode ser feita pela instituição, aí é a Funcamp que faz, faz a prestação de
168 contas também. O teatro é construído e é do Instituto de Artes. Há concordância da
169 Comissão do Teatro-Laboratório, nós vamos dar encaminhamento a este trabalho,
170 estamos marcando uma reunião do arquiteto que fez o pré-projeto pra que ele faça
171 um detalhamento deste projeto, para que conste isso no projeto que será
172 encaminhado ao Ministério da Cultura pra captação de recursos. Isso demora alguns
173 meses. Se tudo caminhar bem a gente poderá começar obras mais ou menos no
174 meio do ano que vem. Prof. **Eusébio Lobo:** Fazer pela Funcamp é uma idéia
175 maravilhosa, mas é o momento da gente começar a pensar quanto é que a
176 Funcamp vai nos cobrar por isso, pra gente poder negociar esta percentagem, pra
177 gente não cair no engodo que caímos na questão dos arquitetos que diziam que
178 tinha que ser a tabela do mercado, e depois achamos outro que faria por uma
179 tabela diferenciada. Então eu acho que seria interessante a gente já negociar com a
180 Funcamp a percentagem que ela vai cobrar. O **Sr. Presidente** informa que isso já foi
181 pensado mas não está ainda definido. Será discutido e qual for o percentual, entrará
182 no custo total, ou seja, os recursos que serão captados visam remunerar a elaboração
183 do projeto e a administração do projeto também. **F) EXPOSIÇÃO DA SITUAÇÃO**
184 **ORÇAMENTÁRIA DO INSTITUTO DE ARTES:** O **Sr. Presidente** agradece a presença do
185 Amauri do Setor Financeiro, que irá acompanhar a discussão e esclarecer eventuais
186 dúvidas a respeito do tema. Esclarece que, para fazer tal exposição foi solicitada a
187 colaboração dos Coordenadores de Cursos. Prof. Claudiney Carrasco fará a
188 exposição referente ao orçamento da graduação, o Prof. Eusébio a de Pós-
189 Graduação e o Amauri faz as complementações necessárias. **Sr. Presidente:** Antes de

190 começar quero informar que nós solicitamos uma conversa com o Toninho da
191 AEPLAN, que é um funcionário de Carreira da Unicamp e que conhece o orçamento
192 da Unicamp em detalhes. Eu o conheci nas negociações entre o Fórum das Seis e o
193 CRUESP, ele sempre estava lá com os números na cabeça e desmontava o Fórum das
194 Seis, dizendo que não tem verba, a arrecadação caiu, etc, ou seja, é muito
195 competente. Ele, muito gentilmente, veio até o Instituto de Artes e fez uma exposição
196 inicial, pra gente começar a compreender o orçamento da Unidade. Ele se dispõe a
197 fazer novas visitas, se necessário, e futuramente a gente pode até reunir o Conselho
198 Interdepartamental, a Comissão de Orçamento e ter algumas sessões com o Toninho
199 pra que todos compreendam o orçamento e tenham clareza dos valores,
200 composição e destinação dos recursos. Passo a palavra ao Prof. **Eusébio Lobo**: Eu vou
201 tentar fazer uma exposição e sei que aqui eu tenho bons colaboradores, a Profa.
202 Adriana que já passou pela Pós-Graduação, a Vivien que já trabalhou lá, então as
203 contribuições serão bem vindas(acompanha a exposição do Prof. Eusébio, projeção
204 de documentos para visualização da Congregação). Primeiro: quais são as verbas da
205 Pós-Graduação? Na verdade são 4 verbas: tem o PROAP que se divide em 3 e o
206 APOIO que se divide em 4 também. Ambas provêm de recursos do MEC / CAPES,
207 portanto, são verbas extra-orçamentárias. Começa por aí, não são verbas da
208 Unicamp, são verbas do Ministério da Educação e Cultura e são verbas extra-
209 orçamentárias. Qual a origem das verbas: na verdade vocês têm um documento
210 anexado à pauta que está bem mais detalhado. Eu tentei fazer um resumo destes
211 documentos que a Vivien ajudou a coletar e eu tenho mais alguns aqui que não
212 estão na pauta, mas estão num arquivo em disquete que eu vou deixar com a mesa
213 da Congregação, pra quem quiser ter acesso. São documentos que detalham bem
214 mais o assunto, porque senão eu levaria 8 horas pra falar de cada item. Então eu vou
215 falar do espírito e do âmbito geral. Como vocês podem ler, o PROAP destina-se, em
216 geral, a proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos na
217 produção e aprofundamento do conhecimento nos Cursos de Pós-Graduação
218 *Stricto-Sensu* das Instituições de Ensino Superiores, observados os seguintes aspectos,
219 estes não são todos, mas eu escolhi alguns pra colocar aqui: apoio às atividades
220 inovadoras dos Programas de Pós-Graduação voltadas para o seu desenvolvimento
221 acadêmico aos estudantes de Pós-Graduação, então se destina aos estudantes de
222 Pós-Graduação; utilização de recursos para titulação de mestres e doutores, então
223 neste processo de formar mestres e doutores é necessário ter recursos, e esses recursos
224 são destinados à isso; custeio de atividades acadêmicas e de pesquisa do Programa
225 de Pós-Graduação relacionado aos estudos de dissertação e tese dos estudantes de
226 Pós-Graduação e a manutenção do desenvolvimento desses Programas, então tudo
227 aquilo que se precisa para se manter o Programa; apoio ao desenvolvimento dos
228 trabalhos de planejamento, definição e execução da política institucional da Pós-
229 Graduação e articulação da participação de Instituições de Ensino Superior no
230 PROAP. Este último item vai ser mais esclarecido no próximo, porque 10% destes
231 recursos que chegam extra-orçamentários, ficam com a Pró-Reitoria, exatamente pra
232 servir a este item, do apoio e desenvolvimento dos trabalhos de planejamento. Eu
233 falei dos objetivos, agora o gerenciamento. Como é que é gerenciada esta verba
234 PROAP que vem pra cada Programa individualmente: um Programa pode ter dois
235 cursos – Mestrado e Doutorado, ou pode ter um curso só, então a verba vem
236 específica para os Programas. O gerenciamento do PROAP é feito por meio da
237 sistemática de co-gestão, ou seja, a CAPES em co-gestão com a Unicamp. Tem

238 algumas atribuições que a CAPES se obriga e algumas atribuições para que as
239 Instituições possam participar. Dentro das atribuições das Instituições, no caso a
240 Unicamp, eu destaquei aquilo que eu acho que nos interessa aqui. Atribuições das
241 Coordenações dos Programas de Pós-Graduação: manter atualizado para
242 cumprimento das disposições legais, um arquivo com informações administrativas
243 relativas ao PROAP, permanentemente disponível para a Pró-Reitoria e para a CAPES,
244 porque na realidade o Coordenador Geral de Pós-Graduação de cada unidade é o
245 sub-executor, é ele que executa todas as verbas, toda a verba do PROAP; em cada
246 instituição participante, a Pró-Reitoria coordenará a execução do PROAP, sendo
247 responsável pelo contato da instituição com a CAPES, então, todo contato com a
248 CAPES não é feito pelo Coordenador Geral do Programa, é feito pela Pró-Reitoria;
249 você não tem acesso direto à CAPES, tem uma hierarquia aí. Normas gerais e
250 operacionais do PROAP – aqui também eu elenquei algumas, que eu acho que
251 seriam importantes pra todo mundo conhecer: o valor de referência para alocação
252 de recursos financeiros para cada programa de Pós-Graduação é fixado em função
253 da - isso é muito importante pra todos vocês saberem na hora de votar a questão do
254 orçamento – da disponibilidade orçamentária da CAPES, ou seja, eles têm que ter
255 recursos disponíveis, este é um dos fatores importantíssimo; a quota das bolsas,
256 natureza da área do conhecimento – isso aqui vai parecer um pouco complicado
257 mas nos próximos slides vai ficar bem claro, e aí tem esta fórmula (*Valor de*
258 *referência = quota de bolsas de mestrado DS X R\$ 500,00 X peso da área + quota de*
259 *bolsas de doutorado DS X R\$800,00 X peso da área + R\$ 16.000,00*) que é utilizada
260 para saber o quanto cada programa vai receber. Aí no parágrafo único diz:
261 Adiciona-se uma parcela de recursos do total concedido aos Programas de Pós-
262 Graduação de cada Instituição, que será 10% do total concedido, a ser gerida pela
263 Pró-Reitoria e incluída no Plano de Trabalho Institucional, quer dizer, tudo aquilo que a
264 Unicamp recebe através do PROAP, 10% é alocado na Pró-Reitoria porque tem suas
265 obrigações também com a questão do ensino de Pós-Graduação. Transferências de
266 Recursos: os recursos serão repassados mensalmente, nos termos do Convênio
267 firmado, com a programação financeira da CAPES e com base nos valores descritos
268 nos planos de atendimento. ITENS FINANCIÁVEIS: aí a CAPES dá uma série de itens
269 financiáveis - isso daqui eu percebi que as pessoas não têm muita noção do que
270 pode ser pedido pelo PROAP e o que não pode ser pedido, e aí está a relação pra
271 vocês verem: manutenção de equipamentos, funcionamento de Laboratórios de
272 Ensino e Pesquisa, produção de material didático, aquisição de novas tecnologias em
273 informática, realização de eventos científicos promovidos pelo Programa de Pós-
274 Graduação. Então um evento que não tem envolvimento com a Pós-Graduação
275 não pode ser financiado com verba do PROAP e, às vezes, o pessoal da graduação
276 pede, e a gente diz que tem que ter o envolvimento da Pós, se não tem não é
277 possível fazer. Participação de professores convidados em bancas, em eventos no
278 país, no exterior, participação de alunos em eventos no país, participação de alunos
279 de Doutorado em eventos no exterior, participação de professores visitantes no
280 Programa, participação de professores e alunos no trabalho de campo e coleta de
281 dados no país, pagamento de diária a professores e aí eu faço referência aos doc 1 e
282 2, que têm a relação completa dos itens, mas esses são os itens que eu acho que são
283 importantes pra esse momento. Itens não financiáveis: este é um problema, que as
284 pessoas não entendem, que a verba PROAP não permite comprar material
285 permanente. Então eu quero comprar um computador eu não posso comprar com a

286 verba da PROAP, eu posso dar manutenção no computador com essa verba, mas
287 não posso comprar nenhum tipo de material permanente com a verba do PROAP.
288 Aqui está: pagamento de pró-labore, consultoria, gratificações, assistência técnica,
289 pagamento de remuneração para professores visitantes ou não visitantes ministrarem
290 cursos, seminários, aulas, apresentarem trabalhos, participarem de bancas
291 examinadoras, trabalho de campo – Não pode! Serviço de terceiro, pessoa física
292 para despesa que caracterize contrato de longa duração, vínculo empregatício,
293 contrapartida da instituição, contratação que não sejam utilizadas nas atividades fins
294 da Pós-Graduação. Como é que se distribui a verba: eu também fiz um resumo e
295 busquei pegar exemplos que pudessem deixar bem claro pra gente em que situação
296 nós nos encontramos. Então tem as grandes áreas, e você pode ver ali, mestrado 4,
297 doutorado 5, Artes 3 e 4, Ensino de Ciências, Letras e Linguísticas, Ciências Humanas e
298 Ciências Aplicadas 2 e 3. Então nós não somos os mais baixos dentro daquela fórmula
299 que foi apresentada antes, este é um dos componentes da fórmula, eles já têm pré-
300 determinada as grandes áreas e qual é o peso que vai entrar pra cada um.
301 Igualzinho aqui a eleição que já determina que é 3/5, 1/5 e 1/5, já está pré-
302 determinado lá e eles dão as verbas de acordo com estes critérios. Ai vocês têm um
303 quadro que mostra que nós não estamos tão lá embaixo assim, mas também não
304 estamos na primeira linha da nossa tabela. A CAPES tem as suas normas e, além disso,
305 têm as normas internas, e vocês podem perceber o seguinte, que nos convênios
306 PROAP, as normas internas seguem as normas daquele que está financiando, aquele
307 que está dando o dinheiro. Os convênios PROAP são executados através das
308 Unidades de Ensino e Pesquisa da Unicamp, os Coordenadores de Pós-Graduação de
309 cada unidade são nomeados sub-executores do referido convênio. Na sua ausência
310 o Coordenador de Pós-Graduação é substituído pelo vice-diretor da Unidade. Os sub-
311 executores, os Coordenadores de Pós-Graduação, são os responsáveis pelo
312 gerenciamento e observância de todas as regras estabelecidas no convênio PROAP,
313 de acordo com a Portaria nº 10 de 27/03/2002. E esta portaria também consta nos
314 documentos aqui e depois eu lhes darei os endereços na internet que qualquer um
315 pode chegar e verificar. Os sub-executores são responsáveis pelo cumprimento dos
316 Planos de Aplicação dos recursos do convênio de todos os cursos de sua Unidade,
317 então, o Coordenador de Pós-Graduação é que é, na realidade, o executor, na
318 condição de sub-executor, ele é quem, na unidade executa a verba. Cada unidade
319 de Ensino e Pesquisa poderá, doravante, remanejar recursos em um mesmo Centro
320 Orçamentário. Quanto ao Centro Orçamentário o Amauri poderia falar um pouco
321 mais, é uma conta específica em que vem cada um dos programas, o de Multimeios,
322 o de Artes e o de Música, tem uma conta num Centro Orçamentário específico.
323 Então a verba é destinada para cada programa e tem uma conta específica para
324 esta, e tem a prestação de contas também no final de cada um dos gastos, e a
325 CAPES faz, de quando em quando, uma verificação se os programas estão utilizando
326 as verbas preenchendo todos aqueles itens que foram citados, ou se ficou só num
327 item e se realmente cumpriu com as normas. Processos de compras e serviços – a
328 tramitação: os procedimentos adotados para os processos de compra e serviços são
329 de responsabilidade do sub-executor, ou seja, do Coordenador de Pós-Graduação e
330 da DGA, observando a legislação pertinente. Entretanto, mesmo assim, sendo
331 responsável, cabe ressaltar os seguintes pontos importantes: o ordenador da despesa
332 passa a ser o sub-executor do convênio; o ato declaratório de dispensa ou
333 inexibilidade de licitação poderá ser praticado pelo Diretor da Unidade; a Nota Extra-

334 Orçamentária – NEO, deve ser assinada pelo sub-executor do convênio; no caso de
335 licitação modalidade convite abertura, bem como a eventual adjunção e
336 homologação deve ser praticada pelo Diretor da Unidade; não é permitido o
337 pagamento antecipado ou contra-entrega de compras e serviços – isso é super
338 importante, porque as pessoas fazem a viagem e depois querem chegar lá e
339 apresentar a nota pra ser pago pelo PROAP – não pode, não tem como. Aí tem um
340 problema enorme com a questão das datas, que a gente não está muito bem
341 planejado, vai em cima da hora, não tem tempo hábil de executar, aí chega no SAF
342 soltando fumaça e na realidade eles não podem fazer e se fizer vai responder, no
343 mínimo, processo administrativo. Isso é muito importante que as pessoas saibam,
344 porque chega de última hora e parece que é má vontade do funcionário que não
345 quer executar, ou do Coordenador que não quer assinar, isso ocorre muito. Todos os
346 pagamentos serão processados mediante documentação fiscal e comprovação de
347 recebimento do material e autorização para liquidar a despesa, conforme o previsto
348 no item 4.5 da Instrução Normativa 10 da DGA, que eu vou mostrar a seguir, e vou
349 fazer uma síntese do que isso tudo significa. Após o pagamento a DGA encaminhará
350 os processos à PRPG para efetuar a prestação de contas, em seguida os processos
351 serão encaminhados às unidades de origem para serem arquivados. Outras despesas:
352 os procedimentos adotados para o pagamento de outras despesas, tais como
353 diárias, auxílio financeiro, são de responsabilidade dos sub-executores e da DGA –
354 sempre a responsabilidade cai na Coordenação que é o sub-executor, porque o
355 executor é o Pró-Reitor e o sub-executor é o Coordenador, e o sub-executor tem que
356 prestar contas ao executor que tem que prestar contas direto à CAPES. São eles que
357 dão a grana, são eles que determinam como devem ser os procedimentos. Cabe
358 ressaltar os seguintes pontos importantes: deve ser dada ciência ao Diretor da
359 Unidade de todo processo aberto na sub-execução do convênio antes do seu
360 prosseguimento. Então, todos os processos têm que passar pela ciência da Direção
361 da Unidade. Após o pagamento a DGA encaminhará o processo à PRPG para
362 efetuar prestação de contas, em seguida os processos são encaminhados à Unidade
363 de origem para serem arquivados. E aí tem passagens aéreas que muita gente pede
364 e este documento nº 2, que está neste arquivo que eu vou deixar à disposição, tem a
365 explicação detalhada do que pode ser. Prestação de Contas: aquele que dá o
366 dinheiro quer também que você faça a prestação de contas. A prestação de contas
367 à CAPES é feita diretamente pela PRPG, por Unidade de Ensino e Pesquisa. A
368 prestação de contas de cada Unidade será assinada pelo respectivo sub-executor.
369 As contas consolidadas de todas as unidades da Unicamp serão assinadas pelo Pró-
370 Reitor de Pós-Graduação sendo em seguida encaminhada à CAPES. Então eles dão
371 o dinheiro, dão as regras, você executa, presta contas e eles fazem a avaliação.
372 Apoio aos Cursos de Pós-Graduação: Eu acho que aqui fica bem claro. Lembra que
373 eu falei PROAP e APOIO? Os valores indicados no controle financeiro de conta APOIO
374 não são aqueles disponíveis nos Centros Orçamentários dos Cursos de Pós-
375 Graduação. Os valores indicados foram determinados em função dos gastos
376 ocorridos em anos anteriores, então, dependendo do gasto do ano anterior, existe
377 uma verba chamada Apoio aos Cursos de Pós-Graduação, assim sendo, devem ser
378 entendidos como mera estimativa de gastos para o ano corrente. Sempre lembrando
379 que a totalidade dos recursos adicionados às aplicações financeiras estão disponíveis
380 nos respectivos Centros Orçamentários. Então, vamos dizer que tem uma previsão
381 orçamentária e que eles distribuam esta verba, tem uma margem de 20% que não é

382 distribuído e que eles vão, depois de fechadas as contas, pegar estes 20% e, de
383 acordo com os gastos, mandam para as Instituições de Ensino Superiores numa outra
384 forma que é a verba de apoio. Esta verba de apoio, com ela sim, você pode
385 comprar material permanente. O valor dela não é indicado previamente, não há
386 uma fórmula. Então, o que sobra no fundo do tacho é dividido e aí você pode
387 receber uma verba de apoio num ano e não receber no ano seguinte, mas é a verba
388 mais cobiçada por todos, porque com ela você pode comprar material permanente.
389 Só que esta verba não é pra comprar material permanente, ela tem também todas
390 as regras, pode fazer tudo, consumo, tem lugar até que já comprou um carro com
391 esta verba. Assim como tem as normas da CAPES, tem também as normas internas.
392 Então é sempre assim, tem as normas da CAPES que dá o dinheiro e determina as
393 normas gerais, e temos as normas internas, que seguem as normas da CAPES. Os
394 recursos existentes na conta de Apoio dos Cursos de Pós-Graduação da Unicamp,
395 quer dizer, é uma verba destinada aos Cursos de Pós-Graduação da Unicamp, dada
396 pela CAPES; deve ser utilizada dentro de um contexto abrangente, porque ela pode
397 tudo então tem que ser utilizada num contexto abrangente, isto é, deve servir pra
398 financiar toda e qualquer ação considerada importante pelas Unidade de Ensino e
399 Pesquisa, entretanto, estes recursos só devem ser utilizados quando não for possível ter
400 o financiamento desejado através de outras fontes, como por exemplo, o convênio
401 PROAP. Quer dizer, se o convênio PROAP estoura o que acontece? A gente teria que
402 ter uma verba APOIO para, exatamente, dar suporte pra gente poder continuar as
403 nossas atividades. As seguintes normas internas devem ser rigorosamente obedecidas:
404 os recursos da conta APOIO são executadas através da Unidade de Ensino e Pesquisa
405 da Unicamp; os Coordenadores de Pós-Graduação de cada Unidade são nomeados
406 também sub-executores da referida conta, na sua ausência o Coordenador de Pós-
407 Graduação é substituído pelo Vice-Diretor da Unidade; os recursos da conta apoio
408 estão sujeitos as mesmas normas de utilização que os recursos orçamentários, aqueles
409 lá do PROAP. Os sub-executores são responsáveis pelo gerenciamento e observância
410 daquelas normas; cada Unidade de Ensino e Pesquisa poderá, doravante, remanejar
411 recursos de um mesmo Centro Orçamentário – e aí é aquilo que eu tinha falado
412 antes. Poderão ser financiadas todas as despesas de custeio e material permanente
413 que não possam ser financiadas através dos recursos existentes no convênio PROAP.
414 Isso é super importante, é recente e está no documento doc 4: existem informações a
415 serem observadas antes da contratação de contribuinte individual – autônomo,
416 conforme decreto tal, lei tal, medida provisória tal, e é essa que tem causado um
417 monte de transtornos pra todos nós, porque pessoa física não pode mais ser
418 contratada em hipótese nenhuma. Aliás, está acontecendo isso lá fora também, tudo
419 o que se faz tem que ter PIS, PASEP, etc e isso, tem este documento da DGA que
420 determina. As fontes que estão projetadas no quadro são as origens dos dados que
421 eu trouxe e seria de enorme importância que todos conhecessem, porque na hora
422 que você quiser fazer uma coleta de dados em campo, será que eu posso pedir ao
423 PROAP? Você vai lá e vê se pode, porque isso limita o que e quanto pode pedir. Tem
424 tudo escrito, mas tem que lembrar o seguinte: é dado de acordo com a
425 disponibilidade de recursos. Mas fechando esta primeira etapa, tem um caminho que
426 é assim: o aluno e o docente fazem o pedido pra SCPG, a SCPG encaminha pra CPG,
427 dali vai pro SAF – Setor de Apoio Financeiro da Unidade, de lá vai pra PRPG, de lá pra
428 DGA e/ou DGRH quando for o caso, se for pra DGRH é feito um parecer pra dizer se
429 pode ou não pode executar aquilo que você gostaria de fazer, depois retorna pro

430 SAF executar e depois de executado retorna a CPG para ser arquivado. Perceberam
431 o caminho? São 9 etapas, e as pessoas chegam as vezes de última hora, não
432 conhecem as normas, e acham que está sendo má vontade por não querer fazê-lo.
433 Agora aqui é hipótese que eu vou falar com vocês: parece que este negócio da
434 CBO, virou uma faca de dois gumes porque, se você tem um funcionário que diz que
435 faz transcrição de fita e você pretende fazer transcrição de fita do seu seminário,
436 como já aconteceu aqui, chega na DGRH e eles dão parecer que não pode fazer o
437 serviço porque tem funcionário pra tal. Aí o que acontece? Você tem que fazer uma
438 outra tentativa pra dizer o porquê você precisa, pro Seminário de Samba, que seja
439 alguém que entenda de samba pra fazer a transcrição disso e daquilo outro e,
440 mesmo assim, fica muito difícil ser aprovado. O que eu quero dizer com este vínculo
441 com a CBO, ou melhor, a Classificação Brasileira de Ocupações: eu estou falando
442 daquela reclassificação que teve aqui na Unicamp e que todo mundo foi colocando
443 naquela lista o que faziam. Pois bem, esta lista agora, parece, não estou afirmando,
444 serve também de parâmetro pra dizer se você pode contratar ou não determinados
445 serviços. Se tem um digitalizador no seu departamento e você pede um contrato de
446 um digitalizador eles vão dizer: como, se você tem um lá? Eu não sei se isso é
447 verdadeiro mas, no dia-a-dia, parece que está acontecendo isso. Lendo os pareceres
448 da DGRH a gente pode chegar a esta interpretação também. Agora, essa verba que
449 chega do PROAP, que agora é o mais importante, eu posso dizer com certeza que
450 ela não é suficiente pra tudo aquilo que os Programas necessitam. Só pra você ter
451 uma idéia: Artes só tem Mestrado, então recebe 1.300 reais aproximadamente. Se nós
452 fizermos 10 bancas naquele mês, banca tem que ter um professor de fora, este
453 professor de fora não recebe salário ou pró-labore, mas recebe diária, e a diária está
454 fixada em 181 reais. Acabou a verba. Como é que nós vamos manter o material?
455 Pensando nas coisas mais simples, tinta pra impressora, papel de ofício; como nós
456 vamos manter isso na Pós-Graduação? Este dinheiro vem do PROAP, ou seja, o
457 Coordenador da CPG pede aos Coordenadores de Sub-Comissão, eles choram muito
458 e aí quem tem Mestrado e Doutorado, dá duas partes e quem tem só Mestrado dá
459 uma parte, aí pega aquele dinheirinho. E o que nós fazemos? Olha, eles vão dar o
460 dinheiro, mas não pode dar tudo, porque o Programa não tem, então vamos pegar
461 mensalmente xis e vai comprando o papel de ofício que precisa pra ter o convite pro
462 professor vir pra banca, a declaração de que ele participou; só um relatório do
463 Coleta CAPES utiliza 3 mil folhas, 3 programas, imagine o quanto gasta de impressão,
464 porque a Pró-Reitoria quer em disquete e no papel. Então, na graduação, quando se
465 abre vagas, recebe uma verba, na Pós-Graduação vai aumentando vagas a cada
466 prova de seleção e não recebe absolutamente nada. Então tem que gerenciar este
467 dinheiro de PROAP e este dinheiro do APOIO pra tentar dar uma manutenção a este
468 número crescente de alunos. Vou citar um exemplo: o Programa de Música que
469 começou com o Doutorado recentemente, nós temos uma previsão de ter 400
470 alunos. Só o Programa vai ter mais alunos que qualquer departamento, porque o
471 Programa de música que nós temos aqui é o Programa com maior número de
472 docentes no Brasil. Ah não, mas o dinheiro tá aí e vocês não querem fazer isso e
473 aquilo outro. Nós temos que fazer publicação. Este dinheiro que chega do PROAP ele
474 chega a partir da produção da Pós-Graduação, tem que escrever artigo, tem que
475 orientar, o aluno tem que defender, é a produção acadêmica, intelectual,
476 pedagógica é que faz com que sua nota melhore e você possa receber os recursos.
477 Se sua nota não melhora, por aquela tabela das grandes áreas deu pra vocês

478 perceberem o seguinte, os pobres ficam mais pobres e os ricos ficam mais ricos, esta é
479 a regra do jogo. Se o seu curso vai bem você continua recebendo, se você tem nota
480 2 não tem o reconhecimento da CAPES e não tem apoio. Antes eles até davam uma
481 chance pra estes cursos que não conseguiam atingir a média pra alavancá-los, hoje
482 já não tem mais isso; ou você é aprovado ou é reprovado. Então, só pra vocês terem
483 uma idéia: eu fiz um levantamento e no ano passado nós tínhamos na Pós-
484 Graduação 276 alunos, e a perspectiva, só do curso de música é chegar aos 400
485 alunos, afora os alunos especiais. Pra vocês terem idéia, só no Mestrado em Artes se
486 inscreveram 600 pessoas, quer dizer, o número de pessoas que estão procurando a
487 Pós-Graduação está sendo cada vez maior. Agora o que eu quero dizer pra vocês
488 que eu acho que é também importante: aí acontece de, quando eu cheguei, todo
489 mundo tinha uma cultura de pedir à Pós-Graduação por que a Pós-Graduação é que
490 é a rica, é a Pós-Graduação que tem que comprar as coisas pra informática, as
491 coisas pra graduação, as coisas pra todos os eventos, só que a pós-graduação não
492 tem grana suficiente, apesar de receber mensalmente. Você imagina o seguinte:
493 cada departamento na graduação, eu não sei exatamente o quanto recebe, mas
494 também recebe uma verba que é a verba de graduação, eu não sei se é mil, mil e
495 poucos reais por mês, e tem também as suas normas, tem também as suas atribuições
496 no que é que deve aplicar, no que não deve aplicar, o que deve fazer e o que não
497 deve fazer. A Pós-Graduação tem o seu paralelo que não sai da Unicamp, que é
498 gerado se você produzir, mas mesmo assim sempre teve esse fantasma de que a Pós-
499 Graduação sempre teve muito dinheiro e que ela tem que suprir todas as outras
500 dificuldades da unidade. Esta é a exposição. É solicitado ao Prof. Eusébio esclarecer o
501 que significa a sigla PROAP. Este esclarece que é Programa de Apoio a Pós-
502 Graduação, e o APOIO também, é uma verba de apoio aos Programas de Pós-
503 Graduação. Ressalta ainda que seria importante, como não temos verbas, colocar o
504 material que foi organizado na página da própria CPG, mas estão ainda tentando
505 fazer um sistema mais eficaz, informatizado, que o Josué está fazendo já há um ano e
506 meio, como ele tem que parar pra fazer provas de seleção de cada um dos
507 Programas, tem que parar pra atender alunos especiais e parar pra isso e aquilo, ele
508 ainda não conseguiu concluir este trabalho. Eu fiz algo, que fazia parte da minha
509 intenção quando eu disse que era candidato à Coordenação: a CPG não tem um
510 centavo, o dinheiro que tem na CPG é a verba de apoio aos Programas de Pós-
511 Graduação, que é decidida na CPG e não pelo Coordenador. As outras verbas vão
512 direto para os Coordenadores de Sub-Comissão e eles têm que planejar, tem que ter
513 a responsabilidade, ele assina e eu assino. Dá uns 36 mil reais por ano se tiver
514 Mestrado e Doutorado, mas a verba de apoio pode chegar a 20 mil de repente,
515 assim como pode chegar aos 45 mil, como no ano passado. Se você pensar em 36
516 mil, pra 2 cursos, vai dar 15 mil. Se você pensar que na graduação ele recebe o
517 mesmo pro curso de graduação, que não tem pesquisa de campo, que não recebe
518 professores pra banca, se eu disser que o Programa recebe 36 mil, mas são pra 2
519 cursos. Um Programa como o de Artes que só tem 1 curso e é mestrado recebe igual
520 à graduação e tem o mesmo número de alunos da graduação. O Mestrado em
521 Artes tem cento e poucos alunos e os cursos de graduação também têm esta média
522 de cem, cento e poucos alunos e recebe a mesma verba. E as graduações não têm
523 as despesas que tem um Curso de Pós-Graduação, porque todos os alunos que se
524 formam, nós deveríamos poder, pelo menos, permitir que ele pudesse imprimir o
525 volume final para apresentar à banca, nós não temos dinheiro pra isso, não temos

526 condições, nós temos que pagar os membros das bancas tendo ou não o dinheiro. As
527 normas dizem o seguinte: no Mestrado é um membro de dentro e um membro de fora
528 do Programa e você não pode ficar no regionalismo ou nesta coisa interna que só
529 entra professores da Unicamp como professores externos, temos que convidar
530 professores de outros Estados, isso é exigido pela CAPES que tem uma relação não só
531 regional, como nacional e internacional. Pra própria qualificação também e nós não
532 estamos usando pra qualificação porque a verba não dá. Então, proporcionalmente,
533 o que recebe um apoio de uma Graduação é um apoio da Pós-Graduação, só que
534 nós não recebemos nenhuma verba no sentido de vaga/aluno, vocês tem de 10 a 50
535 por aluno. Nós aumentamos o número de alunos e não temos. Na última CCPG teve
536 uma coordenadora que avisou o seguinte: nós estamos abrindo o Doutorado em
537 Antropologia mas precisamos da sensibilidade pra nos ajudar na estrutura, porque na
538 Pós-Graduação você aumenta as vagas e não recebe absolutamente nada. Muito
539 obrigado, espero que tenha sido, no mínimo, esclarecedor. Há uma pergunta no
540 plenário que recebe a seguinte resposta do Prof. Eusébio: As Sub-Comissões prestam
541 conta, através do Coordenador, direto à Pró-Reitoria. Agora, na Sub-Comissão tem
542 representantes de alunos, de professores e pode dar, na hora que julgarem
543 necessário, é só chegar e pedir um relatório e este pode ser entregue. Prof. **Claudiney**
544 **Carrasco**: Todo dinheiro que sai do Instituto passa pelo SAF. A gente solicitando, o
545 Amauri tem planilha de todos os gastos, então quando eu preciso saber o que
546 aconteceu com a verba da graduação num determinado momento eu peço ao
547 Amauri a planilha da minha conta e ele imediatamente me manda por e-mail, ou
548 seja, as contas todas são centradas lá. O Sr. Amauri esclarece que, até por motivos
549 éticos, não é dado acesso aos dados financeiros a qualquer pessoa que solicita, mas
550 apenas aos coordenadores. Prof. **Eusébio Lobo**: Deixe-me explicar por que o acesso
551 não é irrestrito. Se você quiser falar com o Pró-Reitor de Pós-Graduação, você sendo
552 professor, ele vai dizer: consulte o seu Coordenador. Você pode solicitar ao seu
553 Coordenador e ele pode lhe entregar. Imagine um Pró-Reitor recebendo todos os
554 professores de Pós-Graduação, não daria, não tem como. Imagina um setor deste
555 recebendo todos os professores. Tem que ser não e não porque está se escondendo
556 as informações, aí é que está a interpretação, não é porque se esconde, é porque
557 não se tem condições de atendimento num Instituto que tem cento e tantos
558 professores e que tem mais de mil alunos. Tem que ter regras. Se alguém vai procurar
559 o Pró-Reitor de Pós-Graduação vai fazer isso, vai encaminhar ao Coordenador da
560 Unidade. Com o SAF acontece o mesmo, não pode chegar qualquer um e pedir as
561 informações. Eu, enquanto Coordenador, executor, eu posso chegar e dizer, cadê a
562 planilha, por favor eu quero consultá-la, e ele vai me atender, mas a comunidade
563 como um todo fica inviável. Agora, de onde vem o dinheiro? Da CAPES. À quem a
564 Unicamp tem que prestar contas? Lá na CAPES. Eu tenho que prestar contas antes de
565 tudo à quem? À Pró-Reitoria. É uma verba extra-orçamentária neste caso, a verba da
566 Unicamp está aí. As verbas da CAPES também estão lá na internet, mas nós
567 prestamos contas pra que eles divulguem, nós não podemos fazer a divulgação antes
568 deles. **Sr. Presidente**: Quero esclarecer que isso aqui é só uma exposição, uma
569 informação. Nós não vamos discutir e deliberar sobre isso agora não. É um assunto
570 que terá que ser tratado em muitas outras sessões até que a gente possa definir
571 critérios, inclusive, que orientem a elaboração do orçamento. Agradeço ao Prof.
572 Eusébio pelas informações. **Celso Palermo**: Eu gostaria de levantar uma discussão,
573 inclusive pra servir de base pra quando a gente estiver discutindo a Comissão de

574 Orçamento. Eu fui pesquisar este assunto, especificamente do PROAP, e encontrei
575 uma Resolução GR 12/99, que estabelece procedimentos quanto a competência de
576 execução dos convênios firmados com a CAPES, bem como prestação de contas; e,
577 esta portaria atribui à Congregação da Unidade a aprovação ou não do Sub-
578 Executor, eu não encontrei nenhuma outra portaria revogando esta. Eu tive o
579 cuidado de ler tudo o que estava envolvido aí e a minha posição é a seguinte: eu
580 questiono um pouco esta tendência dos Coordenadores e Sub-Coordenadores
581 decidirem a aplicação destes recursos e prestarem conta diretamente pra Pró-
582 Reitoria de Pós-Graduação. Porque a gente não pode esquecer que somos uma
583 instituição institucionalizada. O orçamento da Unidade é composto por verbas
584 orçamentárias e extra-orçamentárias. Os convênios fazem parte destas verbas extra-
585 orçamentárias e vocês puderam perceber na apresentação do Prof. Eusébio, muito
586 abrangente por sinal, que a Universidade estabelece vínculos com a direção da
587 Unidade, com a Congregação do Instituto conforme esta portaria 12/99, pelo que eu
588 pesquisei não existe nenhuma outra portaria revogando esta atribuição à
589 Congregação, de decidir, aprovar ou não, o nome do Sub-Executor. Então eu vejo
590 que a Congregação, no futuro, tem que se debruçar um pouquinho mais sobre estas
591 verbas extra-orçamentárias, porque ela vai ter, no meu modo de entender, que dar
592 conta da seguinte coisa, que nestas portarias diz o seguinte: o plano de aplicação, o
593 papel do executor é de executar o plano de aplicação destes recursos. Em nenhum
594 momento diz quem é que elabora este plano de aplicação. Então tem algumas
595 brechas que eu estou entendendo que a Congregação é que deve elaborar este
596 plano de aplicação e conseqüentemente, ela elaborando, o executor executa o
597 plano de aplicação. A gente não pode esquecer que as Comissões de Graduação e
598 de Pós-Graduação são assessoras da Congregação, elas não têm vida própria, elas
599 não podem legislar em causa própria. Quem legisla é a Congregação. Eu chamo a
600 atenção aos membros desta Congregação para estas questões que estão em
601 aberto. Ela diz lá que o Coordenador executa o Plano de Aplicação, não diz quem
602 elabora. Eu acho que a gente tem que pesquisar um pouco mais pra saber. Eu estou
603 entendendo que isso é papel da Congregação, de legislar este plano e não ficar nas
604 mãos de Sub-Coordenadores ou de Coordenadores. Eles são os executores,
605 participam da elaboração, da discussão e aplicam os recursos. Eu estou entendendo
606 assim, posso estar errado, mas estou levantando esta discussão pra gente tentar
607 esclarecer ao longo da discussão. **Sr. Presidente:** Antes de passar a palavra ao
608 Eusébio, eu quero fazer uma proposta de encaminhamento. Se nós abrirmos a
609 discussão agora, nós vamos estender esta reunião e não vamos entrar na Ordem do
610 Dia que tem uma série de pontos que precisam também ser discutidos e aprovados
611 hoje. Então eu quero sugerir o seguinte: eu vou passar a palavra ao Eusébio, mas vou
612 propor que esta exposição, que tem como finalidade trazer informações para a
613 Congregação para que possamos definir a composição da Comissão de Orçamento
614 e critérios que orientem a elaboração do orçamento da Unidade, que isso tenha
615 continuidade na próxima reunião. O Prof. Claudiney Carrasco está aqui e se preparou
616 também pra exposição da graduação, mas se ele faz a exposição, pode abrir mais
617 uma nova discussão, e nós encerramos aqui esta sessão e não saímos do expediente
618 hoje. Então eu estou propondo que o Eusébio faça os seus esclarecimentos e
619 passemos imediatamente pra um outro ponto da pauta, ainda dentro do expediente.
620 Nós vamos dar continuidade à estas exposições e esclarecimentos nas sessões
621 seguintes. Esta é uma discussão necessária e importante. A Congregação precisa ter

622 clareza das suas deliberações. Este assunto é polêmico, é o principal objeto de
623 disputa dentro da Unidade e nós precisamos deliberar com convicção, com clareza.
624 Estas sessões de informações têm esta finalidade. Nós estamos também solicitando a
625 presença do Toninho da AEPLAN pra que ele traga mais elementos pra que a gente
626 possa amadurecer este tema, e poder deliberar com convicção. Eu vou passar a
627 palavra ao Eusébio e não vou mais abrir a palavra a não ser para propostas de
628 encaminhamento. O Eusébio vai fazer esclarecimentos. Prof. **Eusébio Lobo**: Em
629 primeiro lugar, enquanto professor eu tenho que dizer o seguinte: eu falei aqui que iria
630 dizer em síntese. Eu não aceito dizer que a exposição foi abrangente, porque já foi
631 determinado antes que não daria pra falar detalhadamente então, foi bem
632 abrangente, mas o que acontece é o seguinte, a gente precisa, na Congregação,
633 ter uma postura melhor aqui dentro. Se eu disse que eu iria fazer em síntese algo que
634 era muito complexo e que eu estava deixando disponível os documentos, é a
635 primeira coisa. A segunda: eu perguntei se tinha perguntas e não me perguntou,
636 estava na hora da minha exposição e eu mereço este respeito; eu tenho dúvida
637 quanto a isso, e eu respondo. Agora, depois que eu termino, não tem dúvidas, eu saio
638 e aí vem dizendo, eu não concordo com isso ou com aquilo, não pode utilizar da
639 minha palavra pra levar outros sentidos. Eu me comprometi a fazer uma exposição
640 sobre o que seriam as verbas de lá, se vale, se não vale, se está certo ou não, nós
641 temos um outro momento de discussão, mas este respeito eu quero. **Sr. Presidente**:
642 Está correto; nós estamos em fase de esclarecimentos, a exposição é informativa, o
643 objetivo é trazer informações, não é abrir o debate ainda. Não temos tempo pra
644 passar pro segundo Coordenador que vai fazer a exposição sobre a Graduação. Eu
645 estou propondo este encaminhamento. Prof. **Claudiney Carrasco**: com relação a
646 preocupação que a Vivien levanta, eu acho que não temos que retirar este assunto
647 de pauta hoje. E eu acho que este assunto é pra Reunião Extraordinária. Não dá pra
648 colocar este assunto em pauta regular. Nós temos que convocar uma extraordinária,
649 todos fazem sua exposição, traz a AEPLAN e aí sim, podemos até, se nós nos sentirmos
650 seguros, deliberar, se não, jogamos pra próxima reunião ordinária a deliberação sobre
651 o assunto. **Vivien Ruiz**: na reunião passada nós fizemos uma proposta de
652 encaminhamento que era fazer as discussões paralelamente. Vamos compor a
653 Comissão de Orçamento, inclusive pra que estas pessoas se debrucem sobre este
654 tema e possam trazer pra gente mais informações. Então a gente compõe a
655 Comissão de Orçamento e, a partir desta composição, estas pessoas trabalham com
656 as informações do orçamento e voltam pra Congregação com propostas, com uma
657 discussão um pouco mais amadurecida do que a gente chegar aqui, fazer
658 exposições e fazer o debate com todo este colegiado. Então eu queria rerepresentar
659 este encaminhamento: a gente mantém em pauta hoje a composição da Comissão
660 de Orçamento e a própria Comissão elabora como é que esta discussão deve se dar
661 na próxima sessão. **Sr. Presidente**: Eu quero esclarecer algumas coisas: primeiro – eu
662 não vejo grandes problemas neste encaminhamento, inclusive porque nós estamos
663 trabalhando com uma linha clara: as comissões assessoras da Congregação são
664 assessoras, não deliberam. A Comissão de Orçamento é uma Comissão assessora. Há
665 uma proposta, inclusive, de composição, que foi encaminhada pelo Celso na Sessão
666 passada, está na ata, foi encaminhada pela bancada de funcionários. Não vejo
667 grandes problemas se a gente colocar em votação a composição dela hoje. Agora,
668 estas sessões com exposições a respeito da composição do orçamento, origem dos
669 recursos e destinação dos recursos, nós precisamos dar continuidade a isso com

670 tempo, num primeiro momento com informações e esclarecimentos e, depois, nós
671 vamos abrir as discussões para definição de critérios de distribuição destes recursos.
672 Prof. **Eusébio Lobo**: Eu lembro que eu vim aqui e disse o seguinte: eu não estou de
673 acordo com isso, na última Congregação, e que foi então na direção de que todos
674 aqueles que trabalham com verba fizessem primeiro uma exposição, foi isso que eu
675 sugeri na Congregação passada, é isso que parece que fica virando mais uma
676 questão política do que o que nós decidimos aqui, que cada um viria fazer uma
677 exposição sobre a verba com a qual trabalha, pra que os membros da Congregação
678 pudessem ter instrumentos suficientes pra escolher uma Comissão de Orçamento. Mas
679 nós estamos indo, de novo, numa direção contrária, ou então aquilo que foi decidido
680 na Congregação passada não tem valor. Profa. **Adriana Kayama**: só pra
681 complementar o que o Eusébio falou agora, no discurso eu estou entendendo que
682 nós não temos uma Comissão Orçamentária em vigor? Temos? Então qual o
683 problema desta Comissão continuar até que a gente tenha estas discussões na linha
684 do que o Eusébio colocou agora? Eu não vejo esta urgência em se votar isso agora,
685 mesmo porque eu acho que parte da Congregação, eu pelo menos, não me sinto
686 esclarecida pra definir esta Comissão. **Celso Palermo**: Eu acho que a gente está
687 atropelando a discussão. Nós estamos na parte dos esclarecimentos, a proposta do
688 Prof. Ney é de que não há tempo suficiente e propôs uma reunião extraordinária pra
689 gente dar continuidade a isto. A questão da composição da Comissão está na
690 Ordem do Dia e ela pode ser tratada neste momento, pra gente não perder muito
691 tempo. Eu gostaria de encaminhar, a questão de ordem, de que a gente vote a
692 proposta do Prof. Ney e a gente transfira esta sessão de esclarecimentos pra uma
693 Reunião Extraordinária, eu concordo com ela, e a gente passa pros outros pontos de
694 pauta. Eu não vou responder, mas em momento algum eu desrespeitei o Prof. Eusébio
695 e depois, se eu tiver oportunidade eu esclareço porquê. Prof. **Claudiney Carrasco**: Eu
696 quero defender o meu encaminhamento de retirada de pauta porque eu vou um
697 pouco na linha do que a Adriana colocou. Existe uma Comissão em vigor, então, se
698 nós estamos votando aqui a composição da Comissão de Orçamento, nós estamos
699 votando na verdade uma mudança na composição, porque existe já uma
700 composição e, pra votar uma mudança na composição eu não gostaria que fosse
701 feito a toque de caixa e nem de uma maneira precipitada. Eu não me sinto
702 suficientemente esclarecido porque é a primeira vez que eu ouço falar deste tema
703 neste Instituto, então se vai haver uma mudança na composição que existe hoje
704 desta Comissão, eu acho que isso deve ser muito bem discutido, e deve ser assunto,
705 sim, de uma Reunião Extraordinária, junto com os esclarecimentos. A gente não pode
706 fazer estas coisas precipitadamente porque depois a gente arca com as
707 conseqüências ao longo do tempo. Cada um tem o direito de apresentar sua
708 posição sim, de apresentar sua proposta de composição, maravilha, mas as coisas
709 não podem ser feitas desta maneira precipitada. O meu encaminhamento é retirada
710 de pauta. Prof. **Mauricy Martin**: na verdade eu só fiquei surpreso, eu estava em dúvida
711 porque, na gestão anterior eu fazia parte da Comissão de Orçamento e eu não sabia
712 que eu não fazia mais parte desta Comissão, então eu fiquei surpreso com esta nova
713 Comissão. Eu só queria deixar claro isso. Eu estava em dúvida: existia uma e é por isso
714 que eu estou estranhando a discussão de uma nova composição. Eu não fui
715 notificado de que eu não fazia mais parte desta Comissão. É isso que não está claro
716 aqui. **Sr. Presidente**: Está muito claro, não houve ainda mudança na composição da
717 Comissão de Orçamento. Quem fazia parte desta Comissão continua fazendo, ela

718 continua existindo com a composição que teve já há algum tempo. Há uma
719 proposta, que foi encaminhada na última sessão, de mudança na composição desta
720 Comissão e isso desencadeou toda esta discussão. Aí foi aprovada a proposta do
721 Prof. Eusébio, que nós fizéssemos sessões de esclarecimento sobre a composição de
722 orçamento, a origem dos recursos, destinação, etc, pra que pudéssemos ter clareza
723 pra deliberar sobre este assunto. É isso que está em pauta. Tem duas propostas aqui e
724 eu proponho que a gente encaminhe da seguinte maneira: primeiro a votação de
725 uma Sessão Extraordinária com este ponto de pauta único, pra aprofundar esta
726 discussão: esclarecimentos sobre o orçamento. E o segundo ponto pra ser colocado
727 em votação é a retirada de pauta da proposta de mudança na composição da
728 Comissão de Orçamento. Há uma proposta de permanência na pauta e votação da
729 mudança da composição da Comissão agora e outra proposta de retirada de
730 pauta. Agora, então, encaminhamos a votação da Reunião Extraordinária, e a
731 composição fica destacada na Ordem do Dia. **EM VOTAÇÃO** a proposta do Prof.
732 Ney: convocação de Sessão Extraordinária desta Congregação para dar
733 continuidade aos esclarecimentos sobre Orçamento. Favoráveis: 19 votos. Nenhum
734 voto contrário ou abstenção. **APROVADA** a realização de Reunião Extraordinária para
735 discutir o tema. **G) RETORNO DO FÓRUM DE EXTENSÃO:** O material está na página 40.
736 Foi realizado o Fórum de Extensão, resultado de uma deliberação desta
737 Congregação, e eu solicito ao Prof. Valente que faça uma rápida exposição sobre o
738 trabalho realizado no dia 22 de setembro. Prof. **José Armando Valente:** Primeiro eu
739 queria agradecer a colaboração da Comissão, formada pelo Prof. Eduardo, pelo
740 Celso e pelo Gabriel, o Odair, novo funcionário da Extensão, e é claro pela Diretoria,
741 na montagem deste Fórum. O que foi feito foi o Fórum neste dia 22. A programação
742 do Fórum está na página 41. Nós convidamos um representante da PREAC – Pró-
743 Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, que veio o Prof. Vilarta falar sobre a
744 Extensão em geral na Unicamp, depois nós tivemos um debate entre o Procurador
745 Geral da Universidade, Dr. Octacílio e um advogado, Dr. Fábio, representante ou
746 indicado pelo DCE, e ali foram tratadas, então, as questões de legislação, normas,
747 etc, da universidade e, na verdade, contrapondo com algumas idéias do Dr. Fábio.
748 Isso foi feito no período da manhã. À tarde houve a presença do Dr. Miguel Basic, que
749 é o Diretor da Escola de Extensão, falando sobre como a Escola de Extensão hoje
750 trabalha, as normas, etc, e aí eu fiz uma exposição sobre a Extensão no Instituto de
751 Artes como um todo, ao longo destes anos. Em seguida nós passamos para uma
752 segunda parte, que foi de encaminhamento de propostas, que, na verdade, estão
753 resumidas na página 42. A gente colocou pra que todas as pessoas que tivessem
754 alguma idéia, alguma proposta sobre a extensão, que falasse. Não teve nenhuma
755 conotação de cerceamento, era simplesmente colocar as propostas, inclusive tem
756 idéias aqui que são conflitantes, mas todas as propostas estão aqui. Eu fiz uma
757 espécie de resumo, uma condensação disso, que está na página 42, e estas idéias da
758 página 42, na verdade, nortearam este preâmbulo que está aí na página 40, a
759 respeito do que foi tratado, de maneira geral, neste Fórum de Debates sobre
760 Extensão. Em rápidas idéias: não houve nenhuma proposta contra a idéia de fazer
761 Extensão, e inclusive Extensão paga, então, a idéia é que a gente faça uma Extensão
762 incorporando alunos que sejam contemplados na graduação e pós-graduação do
763 Instituto, funcionários e professores do Instituto, que façam propostas, que cobrem ou
764 que não cobrem os custos ou os projetos como estão colocados, mas que a gente
765 não entre numa postura de querer competir com o mercado, de querer fazer disso

766 aqui uma idéia, como está colocado aí, mercantilista, entrando nesta idéia de que a
767 universidade tem que competir com o mercado. Se tiver alguma questão ou
768 esclarecimento eu estou às ordens. **Sr. Presidente:** eu não sei se todos leram, é um
769 condensado das propostas que apareceram durante este Fórum e, de fato, em
770 alguns momentos há algumas contradições, mas eu não vejo muitas, acho que é
771 possível transformar isso aqui numa resolução aprovada pela Congregação. São
772 parâmetros que vão orientar a definição de uma Política de Extensão pra Unidade.
773 Pelo que está colocado aqui, há uma tendência clara nestes itens para que a
774 extensão no Instituto de Artes seja uma extensão voltada para a comunidade e não
775 prioritariamente para empresas; que tenha um cunho mais social, vamos dizer assim,
776 não anula, não exclui a possibilidade de algum tipo de cooperação com empresas,
777 consultoria, convênios e eventualmente até cursos, mas não é esta a prioridade e
778 parece que isto está claro aqui. Ao mesmo tempo, o item 6, por exemplo: tempo de
779 dedicação a extensão – a remuneração dos professores devem seguir as normas já
780 estabelecidas na universidade, ou seja, o professor não pode receber mais do que o
781 dobro do salário. Pelo tipo de extensão paga, vamos dizer assim, cursos que através
782 da Extensão o Instituto possa oferecer, nós sabemos que muito dificilmente o professor
783 do Instituto de Artes conseguiria uma remuneração que se aproximasse do que ele
784 recebe como salário, porque não é como a área de tecnologia que oferece cursos
785 caríssimos. Ao mesmo tempo, o limite, também, estabelecido pela Universidade, sobre
786 a duração ou a quantidade de horas que o professor poderia dedicar à extensão
787 durante um semestre, são 60 horas, isso também é um fator limitador. O uso do
788 espaço físico com prioridades para Graduação e Pós-Graduação, aqui eu não
789 compreendi muito bem a redação – eu tenho uma ressalva, parece que o uso do
790 espaço físico da Unidade deve ser utilizado considerando prioridade de graduação,
791 pós-graduação e pesquisa, porque há inclusive, alguma indicação de que a
792 extensão deveria se voltar pras atividades externas à própria Unidade, não excluindo
793 a possibilidade de cursos aqui dentro, mas estes cursos ocupariam espaços que não
794 estariam sendo, num determinado horário, por exemplo, noturno, utilizado
795 plenamente com graduação e pós-graduação. É preciso ficar mais clara esta
796 redação. A existência de um Fundo de Extensão no IA, com apoio a Projetos de
797 Extensão – eu entendo que seria um fundo de apoio a Projetos de Extensão não
798 remunerados, não pagos. A idéia é esta, a constituição de um fundo que possa
799 financiar atividades de extensão de cunho social. É preciso esclarecer a origem disso.
800 Prof. **Armando Valente:** Isso tudo, de certa maneira, tem que ser colocado dentro de
801 regimentos, inclusive aqui, no último item, a gente diz aqui que não precisa de um
802 Regimento especial para Extensão, porque já tem, por exemplo, no PLANES, neste
803 plano que nós vamos ter que desenvolver, deve estar contemplada a Extensão do
804 Instituto. Faz parte de uma das atividades que o Instituto deve desenvolver, e aí
805 então, você tem que falar, se vai ter este fundo, de onde é que vem esta verba, é
806 uma porcentagem do AIU, é uma porcentagem que você cobra a mais de AIU pra
807 este fundo, se este fundo, por exemplo, só ele atende a comunidade ou as ações
808 não pagas, ou ele pode atender as ações que são pagas também, isso vai ser uma
809 decisão nossa, do que a gente faz com isso. Por exemplo, em outras unidades que
810 têm este fundo, eles financiam estas viagens que as pessoas fazem, ou outras
811 atividades que as pessoas fazem com dinheiro deste fundo, é uma decisão da
812 unidade e é pra isso. Aqui são idéias, porque ali ninguém esclareceu em detalhes o
813 que tem que ser feito, agora, de certa maneira, isso aqui tem que ser colocado

814 dentro de normas, de um Regimento, e a idéia é não fazer um Regimento
815 especificamente para a Extensão, mas uma coisa que possa ser contemplada neste
816 Regimento do Instituto, ou então neste PLANES que nós vamos ter que fazer sobre o
817 IA. Tem que ter um próximo passo que é, olhar pra tudo isso aqui e ver como a gente
818 determina a implementação destas idéias. **Sr. Presidente:** Eu estou pensando em
819 como encaminhar isso aqui. Primeiramente se há consenso da Congregação em
820 relação a estes pontos. São indicações e o encaminhamento deveria ser, me parece,
821 a incorporação destes pontos, não como estão, mas as idéias, que se transformem
822 em dispositivos que componham o Regimento do Instituto de Artes. Deverá ter lá um
823 item chamado "Da Extensão" – e aí este item deve ser desmembrado em artigos, pra
824 contemplar estas idéias. O Planejamento Estratégico é outra coisa, eu acho que aqui,
825 neste caso, se ele entrar no Regimento da Unidade são alguns itens gerais que
826 contemplem esta orientação e o Planejamento Estratégico deve traduzir isso, dar
827 mais concretude à isso. Nos próximos anos nós pretendemos desenvolver atividades
828 tais, é outra coisa. São linhas gerais que vão fazer parte do Regimento. Está entendido
829 desta forma o encaminhamento? Então isso seria encaminhado a Comissão de
830 Legislação e Normas que está elaborando a minuta do Regimento. Eu quero saber se
831 há alguma coisa gritante que tenha que ser destacado. Não havendo nós damos
832 este encaminhamento, ele será traduzido em orientações que vão fazer parte do
833 Regimento da Unidade, então ele vai pra Comissão de Normas. Futuramente o
834 Regimento será aprovado pela Congregação e aí a gente faz os acertos. A redação
835 é apenas um consolidado de propostas, então não está tão clara. **Sérgio Venâncio:**
836 Eu gostaria de deixar registrado aqui, um documento do nosso Centro Acadêmico,
837 que tem algumas propostas que a gente queria que encaminhasse juntamente a
838 estas que estão na pauta, se possível, pra ser levada ao PLANES ou à Comissão de
839 Legislação e Normas. Então eu gostaria de ler o documento: Muita coisa aqui, vocês
840 vão ver, já está contemplado na pauta, mas eu vou ler de novo. " A Extensão, junto
841 com a Pesquisa e o Ensino faz parte do tripé do Projeto Pedagógico de um Instituto e
842 de um Curso, por isso precisa ser muito bem avaliada para não acarretar prejuízos na
843 formação dos estudantes e no funcionamento da Universidade". Cabe dizer que isso
844 é a visão dos alunos e que a gente está colocando estes itens assim. Agora vem outro
845 item que pode ser impactante, mas é o seguinte: " visando a Extensão não como um
846 complemento salarial", mas não querendo dizer, é claro, que complementar o salário
847 é sempre bom , mas, que a prioridade então seja a comunidade, ou a Extensão
848 Comunitária. "É inadmissível a existência de cursos pagos oferecidos para alunos da
849 Unicamp, especialmente os ministrados por professores sem vínculo com a Unicamp.
850 A extensão do IA deveria incluir o aluno e colocá-lo em contato com a comunidade.
851 Como exemplo, pode-se citar o FEIA. Este promove a integração entre a comunidade
852 e o Instituto sem necessariamente a participação de docentes, o que não impede o
853 intenso aprendizado dessa interação. Projetos como esse devem ser incluídos com
854 prioridade dentro da Extensão". Então, a Extensão é aberta a todos, não que tenha
855 que ter a participação de docentes, ou só de docente, ou só de alunos, ou que
856 tenha que ter a de docentes, por exemplo e por aí vai. "Conclui-se que os recursos
857 captados pela Extensão paga não são suficientemente relevantes para arrecadação
858 do Instituto. Há meios de financiamento, os Órgãos de Fomento a Pesquisa e
859 Extensão, que poderiam estar contribuindo muito mais para o Instituto, bastava um
860 maior comprometimento docente na feitura de projetos" - não só docentes. "Que a
861 Extensão, prioritariamente, seja feita fora da Unicamp, salvo exceções restritas. O

862 público alvo deve ser a comunidade não universitária. A extensão sugere que
863 devemos rever o projeto pedagógico dos cursos, para disponibilizar para os alunos
864 tempo de práticas de extensão comunitária e feitura de projetos, etc.". É isso. **Sr.**
865 **Presidente:** Isso é uma outra proposta do CAIA, onde alguns pontos são coincidentes,
866 outros não e ele está propondo um encaminhamento. Eu sugiro que a Congregação
867 acate e dê encaminhamento a este também. Deve ser avaliado pela Comissão de
868 Normas, eventualmente alguns aspectos até reforçam o que aparece neste
869 condensado do Fórum, outros conflitam, e aí, quando tudo isso chegar na
870 Congregação nós vamos aprofundar o debate e colocar em votação. Alguns pontos,
871 por exemplo, a ausência do professor nos Projetos de Extensão, eu acho complicado,
872 porque a Extensão faz parte da docência, e docência implica em ensino, pesquisa e
873 extensão de forma combinada e a responsabilidade. Então, já é um ponto polêmico,
874 e vai abrir uma grande discussão sobre isso, mas nada impede que a gente também
875 encaminhe este documento do CAIA para a Comissão de Normas. Prof. **Fernando**
876 **Tacca:** Eu só queria dizer que eu não vejo nada contrário ao encaminhamento do
877 CAIA, eu só sinto que isto não esteja incorporado ao Seminário que foi tirado da
878 própria Congregação, foi divulgado pra toda a comunidade do IA e aparece aqui
879 agora. Eu não tenho nada contra mas eu vejo com estranheza. **Vivien Ruiz:** Eu queria
880 compreender melhor o encaminhamento que está sendo dado, porque há umas três
881 ou quatro reuniões passadas, quando a gente resolveu aqui, por sugestão do Ney
882 inclusive, que todos os Cursos de Extensão que já estavam propostos seriam
883 analisados e que, a partir daí, nada mais seria analisado até que a normatização
884 fosse feita. Nós tomamos esta deliberação na Congregação. Então eu estou
885 querendo entender quando é que a gente vai ter estes critérios e normatização na
886 mão pra que novos Cursos de Extensão possam ser analisados, ou então a gente fica
887 aí neste espaço vazio por muito tempo porque, esperar simplesmente a reformulação
888 do Regimento do IA, isso vai ser, no mínimo, pro ano que vem. **Sr. Presidente:** Havia
889 uma indicação que, parece, que até o final de outubro esta minuta estaria sendo
890 encaminhada à Congregação. **Celso Palermo:** há necessidade de se discutir critérios
891 para a regulamentação, vamos dizer assim, urgente, pra que os vários Cursos e
892 mesmo a Extensão tivesse uma regulamentação e que pudesse fluir normalmente, a
893 Vivien tem razão. Se a gente esperar a aprovação do Regimento, não é só a
894 Congregação, tem a Procuradoria Geral, CONSU, e isso vai ultrapassar o ano que
895 vem, então eu acho que seria o caso de encaminhar pra CLN pra uma
896 regulamentação provisória, não sei se seria o caso, porque a polêmica é sobre os
897 Cursos de Extensão, o Fórum, a meu ver, e pelo que está relatado aí, ele permite
898 todas as modalidades de Extensão, então seria o caso da gente encaminhar uma
899 regulamentação específica pros Cursos de Extensão pagos, baseados nestas
900 deliberações, onde ele priorize graduação, pós-graduação, as atividades e que isso
901 não conflite com estas atividades, antes do Regimento, e o Regimento seria uma
902 coisa mais abrangente, onde iria estar regulamentando todas as modalidades de
903 Extensão. Talvez seja importante a gente apressar esta discussão. **Sr. Presidente:** É, eu
904 estou de acordo com isso pelo seguinte: nós vamos fazer também o nosso
905 Planejamento Estratégico, vamos ter reunião no dia 9, a gente vai incluir,
906 necessariamente, algumas atividades de extensão, um conjunto de propostas,
907 eventualmente, então, isso coloca a necessidade de uma antecipação, a gente
908 tem que ter algum tipo de normatização pra poder orientar estas atividades. Eu acho
909 difícil a gente resolver isso de imediato, acho que, no limite a gente tem que jogar pra

910 próxima reunião da Congregação. Elabora, dá um formato mais acabado a isso,
911 uma proposta mais consensual possível, com acabamento inclusive de redação, e aí
912 submete para a próxima Congregação para aprovação. A própria Comissão que
913 organizou o Fórum de Extensão com a colaboração de alguém da Comissão de
914 Normas pode sentar e dar uma redação final. O ponto central é este, se for possível
915 fazer uma formulação mais ampla melhor, mas que contemple pelo menos este
916 ponto que é o mais polêmico, do Curso de Extensão pago. Prof. **Mannis**: Eu só queria
917 dizer que a gente está discutindo muito os Cursos de Extensão, mas as Atividades de
918 Extensão não se limitam aos Cursos, tem uma série de outros serviços e relações com
919 a sociedade que também fazem parte. Eu acho que a gente está centrando muito o
920 pensamento nos Cursos, nas aulas que vão ser ministradas e esquecendo outros
921 aspectos que também são importantes. **Gabriel Rezende**: Eu queria saber como é
922 que a gente vai, aparentemente tem uma contradição aqui nas propostas, e eu
923 queria saber como é que isso vai ser contemplado numa forma maior, por exemplo,
924 quando fala que os cursos podem ser cobrados, porém, focar as demandas não no
925 mercado e não com fins lucrativos, e o tempo dedicação à Extensão e a
926 remuneração do professores devem seguir as normas estabelecidas. Se tem fins não
927 lucrativos os professores não recebem remuneração, é uma interpretação que me
928 parece contraditória. **Sr. Presidente**: Eu acho que é preciso formular de maneira mais
929 clara, com propostas. Se isso entra na pauta da próxima Congregação esta discussão
930 vai ser feita, e os últimos acertos pra poder votar a Congregação é que vai fazer, mas
931 como isso aqui é um condensado, houve uma preocupação inclusive de contemplar
932 todas as propostas, algumas conflitantes, nesta primeira versão, isso dificulta o
933 encaminhamento de votação. Tem que ser formulado de uma maneira mais clara,
934 mais sintética. Então vamos trabalhar isso até a próxima Congregação e aí a gente
935 discute, faz os últimos acertos e vota na próxima reunião. Resolvido por consenso este
936 encaminhamento. Há uma inscrição no Expediente, passo a palavra ao **Edson**
937 **Giordani**: Eu pedi a palavra para entregar a mesa o documento com relação à
938 eleição da Representação dos Funcionários no Conselho Interdepartamental,
939 resultado de uma eleição que se realizou no dia 24 de setembro. Compõe a
940 representação os senhores Edson Carlos Nogueira, do Departamento de Artes
941 Corporais, Celso Augusto Palermo, do Departamento de Mídias e Maurício
942 Silveira Lins de Barros, da Direção - Setor de Apoio Financeiro; e a gente tomou a
943 liberdade também de indicar um suplente da bancada, o Sr. José Carlos de Andrade,
944 da Direção - Setor de Apoio Operacional - Segurança. **Sr. Presidente**: Pra esclarecer,
945 nós vimos que no Conselho Interdepartamental não havia representação de
946 funcionários, mas havia uma possibilidade pelo fato do Regimento prever que, além
947 da composição mais clara e explícita, da Representação Discente, Docente, etc,
948 existe lá outros, então, nesta categoria - outros membros, outros representantes,
949 entrou uma representação de funcionários de até três membros e aí eles ficaram de
950 fazer a escolha entre eles. Isso foi feito e eles estão encaminhando à Congregação
951 agora pra compor o Conselho Interdepartamental. Está perfeitamente compatível
952 com o que foi deliberado na última Sessão da Congregação. Encerrado o
953 expediente, o **Sr. Presidente** dá início à **ORDEM DO DIA** informando a Congregação
954 que a Mesa destaca os itens 02 e 03. Consulta o plenário se há destaque a algum
955 outro item da Ordem do Dia e aos itens adendados. Profa. Adriana Kayama destaca
956 o item 04. **EM VOTAÇÃO** os itens não destacados: **APROVADOS** por unanimidade. A
957 saber: **item 01**) Abertura de Seleção Pública para Admissão na Parte Especial do

958 QD/UEC, em MS3, RTP, na Área de Arte e Tecnologia, Disciplinas AP214 – Desenho IV:
959 Desenho Industrial, junto ao Departamento de Artes Plásticas em vaga do Curso de
960 Arquitetura e Urbanismo; **item 05)** Relatórios FUNCAMP, relativos à movimentação
961 financeira de Cursos de Extensão do IA – Exercício 2002; **item 06)** Prorrogação do
962 contrato como Professora Colaboradora Voluntária da Profa. Dra. Antonieta Marília
963 de Oswald Andrade, a partir de 26/01/2004, junto ao Departamento de Artes
964 Corporais; **item 07)** Relatório Trienal de Atividades da Profa. Dra. Acy Taveira Meyer,
965 referente ao período de 01/04/2000 a 31/03/2003; **item 08)** Relatório Trienal de
966 Atividades do Prof. Dr. José Roberto Zan, referente ao período de 01/02/2000 a
967 31/01/2003; **item 01 – Fora de Pauta)** Homologação do “Ad-Referendum” do Sr. Diretor
968 às Alterações do Catálogo de Pós-Graduação – 2004; **item 02 – Fora de Pauta)**
969 Composição da Banca de Especialistas do Prêmio de Reconhecimento Acadêmico
970 “Zeferino Vaz” e indicação dos candidatos ao Prêmio. Passa-se, portanto, à
971 apreciação dos **itens destacados**. **Em discussão: Item 2)** Complementação da
972 Deliberação Congregação IA nº 124/2003, referente à Seleção Interna para
973 ocupação de funções gratificadas do Quadro de Funcionários do IA. **Em discussão:**
974 **Sr. Presidente:** Isso foi encaminhado na reunião passada e votamos consensualmente,
975 mas depois chegamos ao entendimento que isso complicava um ponto, com relação
976 a uma questão, que é a escolha da Assessoria Técnica da Unidade – ATU. É bom
977 lembrar um pouco a história: quando nós assumimos, ou estávamos em processo de
978 eleições, havia uma reivindicação dos funcionários de que a ATU deveria ser
979 escolhida, passar por um processo de eleição interna. Nós negociamos com os
980 funcionários que ATU é um cargo de confiança da Direção, então eleger uma
981 pessoa pra um cargo de confiança da Direção complica muito pro Diretor. Se ele
982 não consegue trabalhar com aquela pessoa, pra destituir ou trocar esta pessoa tem
983 que chamar processo de eleição novamente, é um complicador. E ao mesmo
984 tempo, nós tivemos claro que ATU é assessor técnico da Unidade, não tem atribuições
985 políticas. Com este argumento nós conseguimos convencer os funcionários e fizemos
986 a mudança inclusive. Agora, neste caso, ATU é um cargo gratificado e a formulação
987 da Deliberação como está estende pra ATU também esta Seleção Interna. Nós
988 queremos fazer uma complementação à Deliberação, que no caso de ATU,
989 excepcionalmente, não haverá seleção interna. **Vivien Ruiz:** Por mais que eu tenha
990 alertado ao Sr. Diretor que isso ia contra o que ele acordou com os funcionários, a
991 gente queria agora fazer esta discussão na Congregação. O Zan já disse aqui que
992 constava na pauta de reivindicações dos funcionários e, quando eles vieram dar
993 retorno das reivindicações pra gente eles disseram que neste item não havia acordo.
994 A gente elabora uma pauta de reivindicações e chega pra pessoa que está no
995 poder e esta aceita ou não as suas reivindicações. Não aceitou, a gente podia fazer
996 greve ou sei lá, mas tá bom, não aceitou este item e aceitou todo o resto, nós
997 achamos que foi muito bom, pois era uma pauta muito extensa e só este item não foi
998 aceito. Porém, é uma coisa importante pra gente. Nós achamos que este cargo
999 também deve ser um cargo que privilegie a competência e não a indicação. Assim
1000 como a gente acha que pra reitor tinha que abrir concurso público, com formação
1001 em administração pública e outros pré-requisitos, pois é um cargo técnico. Reitor tem
1002 também o aspecto político além do técnico, mas do ponto de vista de uma
1003 Assessoria Técnica da Unidade, o que você tem que privilegiar, é a competência e
1004 não esta característica da confiança da Direção. A gente está no serviço público, e
1005 no serviço público todo funcionário tem que ser de confiança, confiança da

1006 sociedade, nós prestamos serviços à sociedade. A combinação de interesses deve se
1007 dar a partir deste princípio, de que a Universidade é pública e deve servir à
1008 sociedade. O que a gente quer discutir aqui com a Congregação é o seguinte: este
1009 é um cargo de confiança porque é um cargo gratificado. Todos os Cargos
1010 Gratificados são cargos de confiança. A nomeação das pessoas pra estes cargos se
1011 dá através de designação do Diretor, é desta forma que chega a nomeação de
1012 algum funcionário pra algum cargo gratificado. A gente fez um acordo na reunião
1013 passada de que o diretor designaria quem passasse pela Seleção Interna que vai
1014 averiguar a competência, a técnica e a adequação deste funcionário àquele cargo.
1015 Então, sendo assim, a gente caracteriza este cargo também como um destes que
1016 precisa ter esta apuração de competência. Quando a direção fala que é um cargo
1017 técnico, isso dá mais ainda argumentação pra gente dizer que precisa passar por um
1018 processo de seleção, porque é um cargo técnico, a gente precisa saber se esta
1019 pessoa entende das leis, das normas da Universidade, se ela tem competência pra
1020 lidar com esta normatização, se ela sabe que caminhos tomar se tiver um problema
1021 da unidade, ela vai ter competências pra abrir caminhos pra resolver este problema.
1022 Por que a gente chegou nesta reivindicação pro Diretor? Na história do IA, este cargo
1023 de ATU é um cargo muito político. Todos os problemas iam parar nas mãos do ATU, às
1024 vezes nem chegavam na mão da Direção. Os professores Zan e João tiraram esta
1025 característica, dizendo que é um cargo técnico. Pra gente isso é perfeito. É um cargo
1026 técnico e quem dirige o Instituto é quem foi eleito, que é o Diretor e o Diretor
1027 Associado. Agora, já que é técnico, vamos buscar argumentações técnicas pra
1028 colocar a pessoa lá. A gente queria trazer esta discussão, por mais que tenha um
1029 desconforto da Direção atual, de que isso pode amarrá-los, a gente queria manter a
1030 proposta de que todos os cargos gratificados tenham, como critério de ocupação a
1031 Seleção Interna. Prof. **Eduardo Andrade**: Complementando a fala que foi exposta
1032 pela Vivien, eu só gostaria de dar um depoimento pessoal, meu, de quando eu
1033 trabalhei no curso do Departamento de Música, no cargo de Coordenador do Curso
1034 de Graduação, nós tivemos a felicidade de ter a atual ATU do Instituto de Artes
1035 secretariando o Departamento de Música e, eu gostaria de dar o meu depoimento
1036 de que, a inquietação quanto à competência não procede, porque trata-se de uma
1037 pessoa de extraordinária dedicação e capacidade no seu trato e no seu trabalho, de
1038 forma que eu acho que, apesar de compreender as suas razões, eu devo dizer e
1039 esclarecer e, digamos, tranquilizar a Congregação, de que este critério está
1040 plenamente atendido no meu ponto de vista. Prof. **Claudiney Carrasco**: Eu fui pego
1041 de surpresa com este assunto, eu também não sabia que isso seria discutido. Este é o
1042 mal do Coordenador de Graduação vir picado aqui nesta Congregação, eu sempre
1043 critiquei isso, desde o dia que eu entrei, eu venho aqui de má vontade porque não
1044 dá pra seguir nenhuma linha de raciocínio vindo às reuniões há cada 4 meses. Eu já
1045 deixo aqui a proposta de mudança desta mecânica da representatividade da
1046 Coordenação de Graduação aqui. Mas, de qualquer forma, estou tomando
1047 conhecimento disso agora. Eu não me sinto em condições, neste momento, de julgar
1048 o mérito. Eu acho sim que quanto mais você fizer seleções e pegar as melhores
1049 pessoas pra fazer as coisas está correto, não me incomoda em nada. Me incomoda
1050 só uma coisa: nós temos uma gestão que está acabando de assumir, é uma gestão
1051 que aceitou, como a Vivien disse, a pauta de reivindicações dos funcionários inteira,
1052 exceto um item, e que neste momento está pedindo pra que seja respeitado este
1053 único ponto. Então, eu proponho que a gente acate a posição da diretoria no

1054 sentido de dar um voto de confiança a eles. Se eles estão pedindo esta trégua neste
1055 ponto, eu, como membro da Congregação, me sinto na obrigação de dar, neste
1056 momento, este voto de confiança pra eles. **Celso Palermo:** Nós não estamos pedindo
1057 pra acontecer isso agora. Já foi dado este voto de confiança a esta direção, tanto é
1058 que a Silvia foi designada para assumir o cargo de ATU. Eu vou voltar atrás nas nossas
1059 preocupações, que é o seguinte. Este cargo de ATU, a gente aceitou a Direção não
1060 atender este pedido, porque esta nova direção tem uma interpretação que bate
1061 com a nossa. Este cargo é um cargo assessor técnico e não tem poderes pra ser
1062 chefe dos funcionários do Instituto de Artes, que é uma distorção que vinha
1063 acontecendo nas outras gestões, e que criou problemas, até de assédio moral. Teve
1064 gente que foi constrangida a quatro portas, teve gente que foi perseguida,
1065 prejudicada, transferida daqui por perseguição nesta história de deturpação desta
1066 função. A gente até acabou conversando sobre isso, e a gente acha que ele não
1067 deve nem ser eleito pelos funcionários e nem ser indicado pela Direção, porque isso,
1068 esta questão de eleição ou não, a gente está raciocinando com o antes, já que este
1069 cara vai ser o chefe mor, ele vai bater em todo mundo, ele tem que ser de confiança
1070 dos funcionários pra ele não bater muito. E também pode ser de confiança do
1071 Diretor, porque afinal é um profissional. Mas a gente mudou de idéia, porque se a
1072 gente deixa isso assim, designa e elege, a gente vai estar deixando em aberto, que
1073 numa nova direção este cargo que é essencialmente técnico, ele tem que assessorar
1074 a diretoria sim, dizendo dos procedimentos pra resolver os problemas, das
1075 tramitações, da legislação, da burocracia. É o cara que conhece a burocracia ao
1076 extremo e assessora a direção nesta parte pesada, que a maioria dos docentes que
1077 assumem não tem o domínio disso. Se a gente deixa elege ou designa a gente tá
1078 abrindo brecha pra que esta pessoa tenha plenos poderes pra continuar
1079 pressionando e dirigindo e sendo chefe mor e criando problemas. A nossa idéia é
1080 que, o processo de Seleção Interna meça a competência desta pessoa em
1081 assessorar nesta tramitação, na política e coisa e tal, e não que esta pessoa venha a
1082 ser o chefe mor dos funcionários, porque aí é complicado. Quem decide a política
1083 administrativa da Unidade é a Congregação, a Direção e não um funcionário que
1084 tem um cargo de assessoria. Por isso que a gente quer manter a idéia do Processo de
1085 Seleção inclusive pra este cargo, pra gente desmistificar e desautorizar que esta
1086 pessoa tenha uma atribuição que vira a Bruxa de Blair aqui. Sorte que os funcionários
1087 são profissionais muito bons e não processaram esta pessoa, porque tinham direito de
1088 processar por assédio moral e outros. Então, eu gostaria que a Congregação
1089 considerasse esta argumentação. Profa. **Adriana Kayama:** Eu acho estranha esta
1090 argumentação do Celso, porque, se o ATU é o chefe e é a Bruxa de Blair, tem
1091 problema nas competências dadas à ATU e não se esta é designada ou eleita. Eu
1092 acho que é querer resolver uma situação com outro erro, me desculpe, mas eu acho
1093 que tem então que estabelecer as competências deste profissional. Eu gostaria de
1094 defender que é um cargo de confiança sim, eu acho que, se não existe um mínimo
1095 de empatia ou confiabilidade, não sei se são estes os termos, mas, neste cargo é
1096 importantíssimo que seja da competência da Direção, da mesma forma que um vice-
1097 diretor. Em outras unidades existe a eleição de diretor e de vice-diretor, existe chapa.
1098 Eu acho uma situação muito complicada conseguir administrar numa situação como
1099 esta. **Vivien Ruiz:** Eu queria trazer mais alguns argumentos da nossa visão. Primeiro eu
1100 queria tranquilizar o Prof. Eduardo de que não há em nossa proposta nenhuma
1101 restrição à indicação da Silvia. A gente está pensando o futuro, estamos pensando

1102 pra adiante, como a gente ocupa este cargo daqui pra frente. Os cargos que estão
1103 ocupados, estão ocupados e ponto final. Não estamos propondo que se reveja tudo.
1104 Eu quero trazer a seguinte discussão. Assessoria Técnica é um cargo de carreira dos
1105 funcionários. Ele é o ponto máximo que um funcionário Técnico-Administrativo pode
1106 chegar na sua carreira na Universidade. Então, é um cargo de carreira, você tem que
1107 ser um profissional muito bom pra chegar até lá. E quando a gente caracteriza como
1108 cargo de confiança, então, muda a direção muda o ATU, isso causa inclusive, ou
1109 pode vir a causar, prejuízo pra instituição. Você já tem um Diretor que não conhece
1110 os procedimentos, a máquina administrativa, você tem uma pessoa que também
1111 entra junto com ele e, se você caracteriza como um cargo de carreira você pode ter
1112 um funcionário que se aposente como ATU, entra na Universidade, cinco anos depois
1113 vira ATU e pode se aposentar ali, se ele for bom o suficiente, ele vai passar por muitas
1114 direções. Agora, em qualquer hipótese, continua sendo um cargo designado pelo
1115 Diretor. Então, o que a gente está fazendo é apenas tentar normatizar quem é que o
1116 Diretor vai designar, mas efetivamente, o nome que vai chegar à DGRH, será o nome
1117 que o Diretor designar. Então, o que estamos fazendo efetivamente é dizer ao Diretor
1118 que, ao invés de escolher, faça um processo de seleção. E aí, se não está bom, se
1119 não tem esta empatia ou confiabilidade, abre processo de seleção no meio da
1120 gestão. Não é porque foi selecionado que é "*ad eternum*" ou pela gestão inteira. Foi
1121 selecionado, mas se rompeu qualquer um dos pré-supostos de ocupação daquele
1122 cargo esta pessoa sai e, no nosso entendimento, entra outra também selecionada,
1123 porque vai ser a pessoa mais competente pra ocupação daquele cargo. Eu queria
1124 deixar mais estas argumentações também colocadas. **Sr. Presidente:** Eu gostaria de
1125 fazer um apelo pra que tomássemos cuidado pra não esvaziar o quorum e pra que as
1126 pessoas falassem rapidamente, pois ainda temos dois pontos pra analisar e deliberar.
1127 Prof. **Claudiney Carrasco:** Eu vi que novamente tem um assunto polêmico depois de
1128 um expediente de duas horas e a minha proposta é a mesma do item anterior. Retirar
1129 de pauta e fazer a discussão com calma, por favor. Daqui há dez minutos não haverá
1130 mais quorum pra votação. **Sr. Presidente:** Eu quero encaminhar a votação deste
1131 ponto. Eu, particularmente, não sou favorável, eu acho que se é um cargo que deve
1132 ser de escolha do Diretor, a posição do Diretor é complicada, é muito mais política do
1133 que qualquer coisa, o Diretor é responsável pelo funcionamento disso aqui, mas ele
1134 tem que estar atento às relações pessoais, às idiosincrasias, às subjetividades, é um
1135 peso. A gratificação de diretor não paga 10% do que ele faz, e ainda contar com
1136 isso, que de repente trava e aí você constata que tem um ATU que tem informações
1137 privilegiadas e não está correspondendo. Não tem como, é como se o Presidente da
1138 República colocasse em eleição direta e democrática o Presidente do Banco Central
1139 e aí fosse eleito o Stédile, ótimo, eu votaria nele, mas o Presidente estaria perdido e
1140 teríamos o impeachment. Eu respeito os argumentos todos, que são corretos e, o ideal
1141 seria isso, mas nós não vivemos no ideal, está certo, é muito difícil transitar aqui dentro
1142 e fazer esta relação Instituto com Universidade, é complicadíssimo. Se não tiver um
1143 território mais ou menos firme pra pisar dança. Então desculpe, eu estou fazendo
1144 agora um encaminhamento meu, minha posição não é favorável, eu mantenho a
1145 posição anterior, ainda bem que eu fui alertado, foi uma casca de banana terrível
1146 que jogaram na reunião anterior, e a própria Vivien foi quem me alertou. Então estou
1147 encaminhando desta maneira, que a gente inclua um adendo à Deliberação
1148 dizendo que à exceção da ATU. **EM VOTAÇÃO:** favoráveis ao adendo à Deliberação
1149 124/2003 permaneçam como estão. Contrários: 3 votos. Abstenções: 1 voto.

1150 **APROVADA** nova redação como segue: A Congregação do Instituto de Artes da
1151 Universidade Estadual de Campinas, em sua 118ª Reunião Ordinária realizada no dia
1152 02 de outubro de 2003, aprovou o estabelecimento da obrigatoriedade de Seleção
1153 Interna para ocupação de funções gratificadas do Quadro de Vagas de Funcionários
1154 do Instituto de Artes, com exceção do cargo de Assistente Técnico de Unidade, cuja
1155 indicação fica a critério do Diretor. **Item 03)** Composição Comissão de Orçamento.
1156 **Em discussão:** Há uma proposta de retirada de pauta deste item, com retorno,
1157 necessariamente, na reunião extraordinária. **EM VOTAÇÃO:** favoráveis: 12 votos,
1158 contrários: 3 votos, nenhuma abstenção. **APROVADA** a retirada de pauta.
1159 Declaração de voto do **Celso Palermo:** eu votei contra porque, eu acredito que a
1160 composição da Comissão é uma discussão regimental. A Comissão de Orçamento
1161 existente está atuando contra o Regimento. Ela tomou deliberações sem ter
1162 competência pra isso e é por isso que a gente colocou esta discussão, por isso eu não
1163 veria qualquer problema de definir a composição porque as normas estão aí
1164 publicadas e em vigor e esta Comissão deveria apenas cumpri-las, coisa que as
1165 anteriores não vêm fazendo. **Item 04)** Eleições Representações Discentes. Profa.
1166 **Adriana Kayama:** Eu só gostaria de sugerir no texto, na página 44, que no artigo 1º ,
1167 onde diz "será eleita pelo conjunto dos alunos regularmente matriculados" – a gente
1168 precisa tomar cuidado porque todos os alunos regulares em cursos e alunos especiais
1169 são alunos regularmente matriculados. Eu gostaria de sugerir que fosse "regularmente
1170 matriculados em cursos de graduação e pós-graduação" pois os alunos especiais são
1171 matriculados em disciplinas. **Vivien Ruiz:** O meu problema é com o artigo 3º que prevê
1172 que a realização das eleições é sempre entre outubro e novembro pra representação
1173 no ano seguinte. Isso exclui os alunos de 1º ano, pois eles ainda não chegaram pra
1174 participar da eleição, desta forma estaremos regulamentando que alunos de 1º ano
1175 nunca serão representantes nas instâncias deliberativas do IA. Os alunos só serão
1176 elegíveis a partir do 2º ano de curso. O meu princípio de não exclusão faz com que
1177 eu levante esta preocupação. **Questão de Ordem do Celso Palermo:** a Congregação
1178 vai definir isso pra fazer parte de que regulamentação? Do Regimento do Instituto? Eu
1179 não estou entendendo. O CAIA tem autonomia pra decidir, a Congregação não
1180 pode decidir por eles. A **representação discente** esclarece que a normatização seria
1181 para todas as representações discentes do IA. **Celso Palermo:** Então eu acho que este
1182 documento, antes da Congregação aprovar, deve ser encaminhado à Comissão de
1183 Legislação e Normas, que está reescrevendo o Regimento. Isso tem que ser melhor
1184 discutido. Prof. **Claudiney Carrasco:** Neste sentido tem um fator de complicação sim,
1185 por que isso altera mandato. Se altera mandato, o que esta Congregação deveria
1186 estar votando é a prorrogação dos mandato que estão vencendo até 31 de
1187 dezembro, ou um mandato tampão. **Sérgio Venâncio** passa a palavra para **Mariana**
1188 **Rampazzo:** No caso seria assim, agora no final do ano, teríamos a eleição do Centro
1189 Acadêmico junto com toda a Representação Discente e os mandatos, por exemplo,
1190 da Representação Discente da Congregação seria cumprido e as pessoas que
1191 seriam eleitas no final do ano teriam um mandato menor, só até o fim de 2004
1192 quando seriam realizadas novas eleições. A partir daí o mandato seria completo e
1193 normalizaria a situação. Prof. **Claudiney Carrasco:** Eu acho que o Corpo Discente tem
1194 autonomia pra decidir a sua representatividade, eu não vou votar contra. **Sr.**
1195 **Presidente:** Gostaria de prestar um esclarecimento: esta solicitação dos alunos entrou
1196 na reunião passada e o objetivo era solicitar a alteração das datas das eleições de
1197 representantes para as Comissões do IA, incluindo a Congregação, para que estas

